UNIVERSIDADE TENCOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR

DIRETORIA DE PROJETOS E OBRAS (DIRPRO)

DEPARTAMENTO DE PROJETOS (DEPROJ)

GRUPO DE PESQUISA ARQUITETURA, PROSPECÇÃO E MEMÓRIA (ARQUIVO)

LEVANTAMENTO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: CÂMPUS CURITIBA, SEDE CENTRO

Pesquisa realizada pelo projeto de Extensão Arquivo e pelo Grupo de Pesquisa Arquitetura, Prospecção e Memória em parceria com a Diretoria de Projetos e Obras (DIRPRO) e o Departamento de Projetos (DEPROJ) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) como parte componente do projeto de restauro dos Blocos Históricos K, J e N da UTFPR, Câmpus Curitiba, Sede Centro.

CURITIBA

2020

1. **Introdução: Uma instituição com missão de educação técnica e tecnológica**

O entendimento da configuração atual da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Curitiba perpassa pela compreensão do contexto de um momento da história brasileira em que se buscava incentivar a educação com foco no letramento profissionalizante e de ofício. A partir da primeira década do século XX o governo da República Federativa do Brasil, no contexto da modernização e industrialização que iniciava a mostrar-se presente, passa a levantar preocupação com a criação de mão-de-obra qualificada para trabalhar na indústria.

Inserido neste contexto de crescente preocupação com o futuro do progresso socioeconômico do país dentro dos moldes delineados pelo ideal moderno, o presidente eleito Afonso Pena e seu vice Nilo Peçanha, traçaram um amplo plano que previa a criação de escolas de aprendizes artífices em todas as regiões do Brasil. O público destas escolas seria, principalmente, composto por jovens de baixa renda advindos de famílias impactadas por graves problemas sociais como desemprego, analfabetismo e fome. Tratava-se assim de uma oportunidade de ascensão social e garantia de emprego pela indústria, tendo em vista a alta demanda. O Governo Federal vislumbrava nesta iniciativa, além de um resolução de produtividade e competitividade da indústria brasileira como uma resolução de uma complexa realidade social para jovens que muito provavelmente continuariam marginalizados sem tal oportunidade de educação.

Com o falecimento do presidente a época Afonso Pena em 1909, Nilo Peçanha assumiu o cargo e deu continuidade ao plano de educação profissionalizante projetado. Por meio do decreto 7566/09, de 23 de setembro do ano de 1909, foram criadas as escolas de aprendizes. O decreto detalhou mais profundamente a quem destinava-se o foco das ações das escolas de ensino técnico-profissionalizante que seriam principalmente garotos “pobres e desafortunados” de 10 a 13 anos de idade. Com o acolhimento destes jovens almejava-se além da formação de corpo operariado para a indústria ascendente, gerar um ambiente propício para geração de homens conscientes de seu papel na sociedade e, uma vez letrados de um novo ofício, capazes de saírem do ciclo vicioso de pobreza em que estes e suas famílias se encontravam.

No contexto estadual, o Paraná enfrentava um intenso processo de crescimento urbano, que teve início em meados de 1870. O aumento dos fluxos migratórios ocorridos neste período sem o adequado preparo gerou problemas de infraestrutura, equipamentos urbanos e saneamento. Em Curitiba, a vinda cada vez mais expressiva de imigrantes e paranaenses do interior era maior do que as vagas de emprego e, assim, era comum observar crianças e jovens morando na rua ou cometendo atos ilícitos. Tendo em vista esta problemática local, a cidade de Curitiba aguardou a implantação da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná expectativa de que esta escola firmaria a resolução desta problemática social.

2. **Escola de Aprendizes Artífices do Paraná em Curitiba**

Na cidade de Curitiba, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi inaugurada em 16 de janeiro de 1909, utilizando de um edifício em frente à Praça Carlos Gomes como sua primeira sede. Os primeiros cursos ministrados na escola eram de marcenaria, alfaiataria, sapataria, serralheiro mecânico e seleiro tapeceiro. A metodologia utilizada na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná reflete na concepção de seus espaços de ensino que mais tarde seria repassado às demais sedes da instituição. Tratava-se de um método com ensino que consistia no ensino racional, prático e focado nos detalhes e propriedades dos materiais estudados. Os professores, paralelamente, propiciavam auxílio com indicações claras e assessorias sobre os processos desenvolvidos pelos alunos manualmente em sala de aula.

Os espaços costumavam ser abertos com os equipamentos distribuídos na maior parte da área destinada ao aprendizado. Entretanto, o contexto social vivenciado pelos estudantes combinado a um espaço que se tornou superlotado, acabou gerando um aumento de infecções e outros problemas sanitários. Dentre outros aspectos complicadores que podem ser citados que agravaram os problemas advindos da carência de infraestrutura são: falta de uniformes adequados para o extremo clima; a longa distância percorrida pela maioria dos alunos para chegar até a escola e, ainda, a pouca alimentação dos alunos em suas famílias.



Figura 1: Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. Arquivo Institucional UTFPR, 1920



Figura 2: Ilustração Praça Carlos Gomes. Arquivo Institucional UTFPR, Data Desconhecida

3. **Primeira ampliação de infraestrutura da sede Carlos Gomes**

Reconhecida a urgência da resolução dos problemas da sede, em 1912, aconteceu a necessária ampliação da escola com auxílio da Prefeitura Municipal de Curitiba, que efetivou a doação de um terreno para a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. Já a construção de um pavilhão novo, com a infraestrutura necessária à expansão da escola, foi patrocinado pelo Governo do Estado do Paraná, que proveu no projeto cinco grandes salas destinadas às aulas práticas e oficinas.

Entre 1921 e 1922 aumentaram os anseios por uma reforma mais ampla do pavilhão construído, pois dizia-se que ele não mais apresentava a segurança necessárias para a manutenção das atividades escolares. Era frequentemente narrada pelos alunos, professores e funcionários as precárias condições do edifício já com mais de 18 anos de idade sem qualquer tipo de repato e com problemas de umidade, rachaduras e trincas. Relatava-se ainda sobre goteiras intensas nos dias de chuva, que chegavam ao ponto de impedir a continuidade das aulas. Além disso, professores e alunos lidavam com problemas no sistema de esgoto entre outros problemas.

Ficava, assim, evidente a necessidade de uma nova reforma ou da construção de uma nova sede. No ano de 1928 o governo estadual ofereceu uma doação: o Palacete Macedo, que abrigava a Escola de Reforma Masculina. Entretanto, após visita mais acurada da direção ao local, constatou-se que seria inviável instalar a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná naquele sítio. Os espaços não eram adequados para a realização das oficinas e também geraria outros problemas para a segurança de funcionários e alunos. Em uma nova proposta, o governo ofereceu à direção a possibilidade de escolher um terreno com até9 mil metros onde seria construída a nova sede da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. Esse local foi então escolhido pela direção da escola e, anos mais tarde, foi construída a nova sede.

4. **A construção da nova sede de 1935**

No ano de 1935 deu-se início a construção do novo prédio que viria a abrigar as atividades da escola e, em 1936, os alunos foram efetivamente transferidos para este novo local. Já no ano de 1937 firmou-se mais um marco da história da instituição: A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná deu lugar a criação do Liceu Industrial do Paraná. A criação do novo liceu tornou mais ampla a oferta de cursos para a escolha dos alunos. Passou a incluir os cursos de alfaiataria, sapataria, marcenaria, pintura decorativa e escultura ornamental.



Figura 3: Oficinas nas salas novas. Arquivo Institucional UTFPR, Data Desconhecida.

É importante frisar em que contexto político encontrava-se o país nesse recorte histórico específico. No ano de 1937 foi outorgada a Constituição Brasileira, que abordava de maneira enfática a priorização do ensino industrial, dentro de um ideário de aceleração da modernização do Brasil. A política nacionalista do presidente Getúlio Vargas acendia a emergência de uma escola brasileira

que estimulasse valores cívicos, o trabalho e a dedicação. Deu-se em 1938 a regulamentação do funcionamento dos cursos nos Liceus.

Um outro fato histórico institucional relevante foi a inauguração da oficina de artes gráficas no Liceu Industrial do Paraná, realizada em 9 de maio de 1940. Nesta data, compareceram à Seção de Artes Gráficas diversas autoridades políticas da época com o intento de prestigiar o evento. Compareceram à solenidade o interventor no Paraná Manoel Ribas bem como Diretor-Geral educacional Hostílio Cezar de Souza Araújo.

Em agosto do mesmo ano também foi criada a Seção de Esportes, visando o melhor condicionamento físico dos estudantes. Três meses depois, em novembro, transformou-se na Seção de Educação Física que seria o embrião, no futuro, do Departamento Acadêmico de Educação Física. Em princípios de outubro de 1941 o interventor Manoel Ribas esteve mais uma vez no liceu, juntamente com o prefeito da capital Rozaldo Leitão, com o Diretor-Geral da Educação, Hostílio de Araújo, e com o presidente do Departamento Administrativo do Estado, Roberto Glasser. O grupo percorreu as dependências da escola, e deteve-se por mais tempo nas oficinas e salas de aulas, mas especialmente no refeitório e na cozinha. O refeitório seria inaugurado no mês seguinte, quando passaria a fornecer três refeições diárias aos alunos.



Figura 4: Fachada da esquina (Bloco J). Arquivo Institucional UTFPR, Data Desconhecida.



Figura 5: Fachada da esquina (Bloco N). Arquivo Institucional UTFPR, Data Desconhecida.

Os avanços do ensino estavam atraindo uma nova clientela e, segundo observou a comitiva, seria de grande importância a instalação de um internato que acomodaria alunos vindos do interior. Poderia ser erguido um prédio no terreno contíguo ao Liceu, que pertencia ao Estado. Seria necessário que o governo estadual doasse a área ao Ministério de Educação e Saúde, que, por sua vez, cederia à escola para construir o pavilhão. O interventor Manoel Ribas demonstrou interesse na proposta. Seria o início das expansões físicas da entidade. O ano de 1942 começou com a edição de dois decretos do governo federal que regulamentavam a questão do ensino profissional. No dia 22 de janeiro foi assinado o de número 4048, que criava o SENAI (Serviço Nacional da Indústria) que atuaria de acordo com os interesses empresariais. A formação seria de curta duração, voltada ao desenvolvimento de habilidades específicas dos alunos. Em conformidade ao decreto no 4127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial do Paraná passou a denominar-se Escola Técnica de Curitiba, ministrando ensino de 1º e 2º Ciclos. Enquanto o SENAI caracterizava-se por um ensino de curto prazo, às Escolas Técnicas eram destinados os cursos de prazo mais longo, com formação mais completa do estudante.

Em 30 de janeiro de 1942, deu-se a criação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (LDEI), através do decreto-lei no 4073, que trouxe profundas modificações ao setor, seja na estrutura pedagógica como nas estruturas prática e filosófica. A partir da LOEI o ensino industrial tornou-se curso de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário. O avanço representado por essa medida foi revolucionário, considerando-se que o ensino industrial libertava-se do peso fatalista da terminalidade, para ser alçado à condição que permitia aos alunos portadores de diplomas de cursos técnicos ingressarem nas escolas de curso superior. Se já havia alguns avanços para minimizar a distância que separava as atividades manuais das ditas nobres, cada qual representando uma categoria social, com a nova lei a questão ganhou importância fundamental.

5. O reconhecimento enquanto Escola Técnica de Curitiba

Três décadas depois de sua criação, a Escola Técnica de Curitiba firmara-se no conceito da qualidade de ensino que ministrava. A importância da instituição foi abalizada com a visita do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, acompanhado do Interventor Manoel Ribas, e de uma comitiva de autoridades, no dia 16 de outubro de 1943. Após percorrer as instalações, Gustavo Capanema afirmou que tomaria providências para melhor aparelhamento das oficinas, assim como a ampliação do espaço físico e dos edifícios da instituição. No final desse ano foi apresentado o

plano urbanístico para Curitiba desenvolvido pelo francês Alfred Agache, a convite do prefeito Rozaldo Leitão. O Plano Agache, que definiu a cidade para o futuro, com o traçado de suas diretrizes colocava o bairro Rebouças dentro de uma localização estratégica. Justamente onde estava a ETC. Não foi mera oratória do ministro Capanema ao pronunciar-se em sua visita a Curitiba que tomaria providências para melhor adequar a escola. Em 1944 o Ministério da Educação e Saúde liberou à Escola Técnica de Curitiba verba de 1 milhão de cruzeiros para aquisição de máquinas e equipamentos.

Através do decreto federal no 16.399, assinado por Getúlio Vargas, foram considerados de utilidade pública os imóveis localizados ao redor do estabelecimento. Sem a anexação dos mesmos não seria possível a ampliação. Os terrenos situavam-se entre a rua Marechal Floriano, avenida Silva Jardim, rua Desembargador Westphalen e avenida Sete de Setembro. O decreto trazia um parágrafo único: “Não se compreende na declaração deste Decreto a área pertencente ao Estado do Paraná, fronteira à rua Desembargador Westphalen, avenida Sete de Setembro e rua Marechal Floriano Peixoto, compreendendo 8.736,57 m2. Foram então desapropriadas as áreas vizinhas que pertenciam a particulares, gerando indignação e revolta. Estes argumentaram que mais de 500 pessoas seriam expulsas de seus lares, a época era de crise imobiliária, prédios considerados importantes seriam demolidos. Um jornal influente na cidade, o Diário da Tarde, deu a sugestão de transferir a escola para uma região mais distante. Estava em jogo uma área de 23.546 m². Os protestos se prolongaram por semanas, mesmo assim não houve recuo por parte das autoridades; as obras foram levadas adiante. O editorial da revista Labor teceu críticas aos jornais locais pela incapacidade de uma visão mais profunda sobre o papel representado pela Escola Técnica de Curitiba, o quanto ela poderia contribuir na resolução de problemas sociais e no progresso da técnica, fator que era fundamental para o desenvolvimento nacional e do mundo moderno.

6. A ampliação de 1946: conflitos com o entorno da instituição

A ampliação da Escola Técnica de Curitiba, em 1946, foi motivo de uma onda de protestos que incendiou a imprensa e o bairro Rebouças. Os contrários às ocupações dos terrenos e desapropriações em torno da Instituição argumentaram, inclusive, sobre o muro da escola que tornaria feia a vista de uma futura estação ferroviária. A revista Labor, publicada pela ETC, lamentou o fato em sua edição do mês de junho: “Tivesse o Brasil um muro de Escola Técnica defronte de todas as suas estações ferroviárias e seríamos mais felizes porque teríamos eliminado completamente a inútil atitude contemplativa das criaturas que se chocam com a falta de estética do muro de uma escola e passam completamente indiferentes ao lado do analfabetismo, da inaptidão, da miséria e da fome”.

Em 1946 começaram as grandes reformas e ampliações no prédio, que se estenderiam por muito tempo. Foram obras de vulto, somando-se a elas a construção do internato, piscinas, quadras de esporte, arquibancadas. Entre as benfeitorias, o maior destaque ficou para o internato, em razão de sua necessidade. Era composto de 20 quartos, cada quarto abrigava dois ou quatro leitos, todos destinados aos jovens que vinham do interior. A esses alunos era fornecida alimentação pelo tempo que permanecessem internos. Em sua maioria cursavam o primeiro e o segundo ano do Industrial Básico.



Figura 6: Escola Técnica Federal do Paraná. Arquivo Institucional UTFPR. Data Desconhecida.

O desenvolvimento da Escola Técnica de Curitiba, especialmente nos cursos da chamada Cultura Geral, curiosamente abriu um fosso entre os professores cuja formação, acreditava-se, vinha de bases mais sólidas, e os mestres de oficina, que tinham pouca escolaridade. A segregação, embora aparentemente velada, era um componente real, a ponto de haver espaços distintos para as duas categorias de professores no intervalo das aulas. Acredita-se que a escolaridade de uns, dando-lhe conhecimento teórico, em confronto com a prática profissional de outros, sem esse embasamento, teria criado terrenos diferenciados, embora todos se ocupassem em transmitir o saber. Em 1950 integravam os cursos Industriais Básicos: Alfaiataria, Artes de Couro, Corte e Costura, Marcenaria, Mecânica de Máquinas, Serralheria e Tipografia e Encadernação. Na área de cursos técnicos constavam os de Construção de Máquinas e Motores (Mecânica), Decoração de Interiores e Edificações. Desde anos anteriores o curso de corte e costura mantinha-se como sendo o único destinado ao público feminino. Também as meninas eram maioria no curso de decoração de interiores, embora a escola não tivesse turmas mistas. Todas as alunas deveriam assistir às aulas de Economia Doméstica, sendo este um curso obrigatório.



Figura 7: Entorno histórico, antiga estação ferroviária. Arquivo Institucional UTFPR, 1950

O ensino direcionado às jovens, na escola, limitava-se aos parâmetros daquilo que se esperava das mulheres nessa época: torná-las prendadas donas de casa. Mesmo no curso técnico de Decoração de Interiores buscava-se a representação de uma atividade envolvendo noções de estética aliada à sensibilidade, concebidas como características femininas. Quando se tratava de cursos relacionados a trabalhos que exigissem força ou pertencessem à área tecnológica – neste caso também envolvendo noções tidas como mais complexas e elaboradas – então o assunto era específico ao universo masculino.

Com a promulgação da Lei no 1920, de 25 de julho de 1953, do governo federal, deixou de existir o Ministério da Educação e Saúde, tornando-se independentes as pastas de Saúde e Educação. Surgiram os ministérios da Saúde (MS) e da Educação e Cultura (MEC). Em janeiro de 1955, uma comissão nomeada pelo então ministro da Educação, Cândido Motta Filho, foi incumbida de elaborar um anteprojeto de lei que substituísse a Lei Orgânica do Ensino Industrial, criada em 1942. Essa comissão sugeriu a adoção de três tipos de cursos para a formação profissional: de aprendizagem, básico e técnico. Os cursos de aprendizagem teriam curta duração, visando à formação de operários; os básicos, sem caráter formativo, serviriam para orientar os alunos na escolha da futura profissão; já os técnicos estariam voltados à formação de profissionais e assistentes de engenheiros. Entre 1946 e 1956, período que compreendeu o primeiro decênio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, percebeu-se um aumento significativo nas matrículas da escola técnica curitibana.

7. As ações de Juscelino Kubitscheck

No começo de 1957 o presidente Juscelino Kubitscheck, confirmou a proposta por meio de Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional. Dizia a mensagem que “dando prosseguimento aos serviços de assistência técnico-pedagógica ao magistério deste ramo (ensino industrial), deverão instalar-se no corrente ano, cursos de aperfeiçoamento para professores já em exercício. A sede desses serviços será agora a Escola Técnica de Curitiba”. Mais adiante, o documento esclarecia que a CBAI, sediada na capital federal, iria transferir-se para a capital paranaense “a fim de superintender e ministrar esses cursos”. Com a chegada de Glover E. Tully, então Diretor Técnico de Ações da Divisão Educacional da CBAI, em fevereiro desse ano, começava o processo de mudança da parte pedagógica da Comissão. Um relatório escrito por Tully determinou os objetivos do Programa de Treinamento para Professores a ser desenvolvido no recém-criado Centro de Pesquisas e Treinamento.

Os trabalhos do CPTP teriam início em agosto, conforme acertos entre a CBAI e o MEC. Para que isso ocorresse, foi realizado um Seminário para Orientadores, com 25 participantes de escolas técnicas e industriais de todo o Brasil. O encontro aconteceu entre os dias 6 e 24 de maio de 1957. Ao mesmo tempo eram providenciados os transportes do Rio de Janeiro a Curitiba de cerca de 4 mil livros para compor uma biblioteca, grande quantidade de material didático impresso, móveis, máquinas de escrever, equipamentos para instalação de novas oficinas e para reaparelhar as já existentes. Foram transferidas ainda as oficinas gráficas destinadas à produção de material didático e às edições do Boletim CBAI.

Vindos de todas as regiões do Brasil, havia um custo a partir do traslado a Curitiba, sem contar as despesas decorrentes dos meses passados na cidade. A CBAI encarregava-se do custeio das passagens de ida e volta, das refeições (servidas no refeitório da escola), do material utilizado durante o curso, e ainda custeava a substituição dos cursistas nas instituições às quais estivessem vinculados. O ensino era ministrado através de aulas teóricas expositivas para a apresentação da matéria; aulas práticas para verificação e aperfeiçoamento das habilidades profissionais; debates com participação ativa dos professores-alunos; preparação e administração de aulas pelos professores-alunos, visando à didática individual. Os participantes dos cursos oferecidos pela CBAI

eram enviados a Curitiba pelas escolas industriais e técnicas, oficiais ou não, após terem sido aprovados em exames de seleção nas suas próprias instituições. Ao final do curso recebiam certificado de Professor de Prática de Oficina de sua especialidade. Apesar dos esforços despendidos, o primeiro ano de funcionamento do CPTP deu-se de forma precária, com poucos alunos e professores e direcionado para apenas duas áreas. Já no segundo ano, em 1958, constaram as áreas de Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Fundição e Modelagem, Serralheria e Eletricidade. Em 1959, passou a fazer parte do rol o curso de Mecânica de Automóveis. Entre as disciplinas ministradas no Centro de Pesquisas constavam as de Construção de Cursos, Tecnologia, Organização e Direção de Oficinas, Prática de Oficina, Tratamento Térmico dos Metais – para o grupo de metais –, Noções de Construção de Edifícios (para o pessoal de Marcenaria). Havia, ainda, o ensino de matérias correlatas: Português, Matemática e Desenho Técnico.

Em 16 de fevereiro de 1959 o presidente Juscelino Kubistchek sancionou a Lei nº 3552, que transformava as escolas industriais e técnicas em autarquias. Conforme o Ministério da Educação e Cultura, esta mudança traria às instituições de ensino maior autonomia. Com a reforma de ensino a Escola Técnica de Curitiba passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Paraná. O Curso Industrial Básico transformou-se em Educação Geral, estabelecendo um caráter voltado à sondagem de aptidões e desenvolvimento de capacidades, como consta em seu Artigo 4º: “tem como objetivo ampliar os fundamentos de cultura, explorar as aptidões do educando e desenvolver suas capacidades, orientando-os, com a colaboração da família, na escolha de oportunidades de trabalho ou de estudos ulteriores”. Para satisfazer à nova legislação o curso de Educação Geral foi acrescido da disciplina de Artes Industriais. A necessidade de professores qualificados para essas aulas fez com que o CPTP organizasse uma oficina de Artes Industriais na Escola Técnica Federal do Paraná, tanto para treinar docentes como para o trabalho com os alunos.



Figura 8: Construção de novo bloco. Arquivo Institucional UTFPR, 1957

Um dos orgulhos da Escola Técnica Federal do Paraná era a realização, ao cabo de cada ano letivo, de exposições produzidas com os trabalhos dos alunos. As mostras que atraíam e deleitavam o público curitibano, tornaram-se uma tradição na cidade. Como o ano de 1959 marcou o cinquentenário de fundação da escola, nada mais justo, portanto, que a temática recaísse sobre a data. Na última semana de novembro realizou-se a Exposição do Cinquentenário, lembrando o surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino industrial no Brasil. A participação foi geral, com todas as seções do estabelecimento ali representadas. Até os professores que estavam

no CPTP fizeram parte da festa com suas produções. A ampla cobertura da imprensa contribuiu para a numerosa afluência de visitantes. Esse evento, de caráter anual, representava uma prestação de contas dos alunos aos pais e à comunidade sobre as atividades desenvolvidas na instituição e o progresso que obtinham com o estudo. Havia também uma mensagem implícita, sobre a qual os jovens não tinham noção – a ideia de que o desenvolvimento do Brasil estava intimamente ligado à evolução do ensino industrial. Era este o segmento da educação que influía no fornecimento de mão de obra especializada para a indústria, vista, por sua vez, como a grande propulsora do crescimento econômico brasileiro. Em algum ponto do processo desenvolvimentista os dois caminhos se cruzavam, com suas ofertas e procuras. Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros sancionou o decreto 50492 que transformou o curso Industrial Básico em Ginásio Industrial, conforme fixado no Artigo 1o da lei: O curso básico de ensino industrial, mantido o seu caráter de educação geral previsto na Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, poderá funcionar com a feição pedagógica e designação de ginásio industrial, nos termos deste decreto

Nesse mesmo ano de 1961, em dezembro, foi promulgada a Lei 4024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que dividiu o ensino técnico de grau médio, formado pelos cursos industrial, agrícola e comercial, em Ensino Ginasial, com duração de quatro anos, e Colegial com, no mínimo, três anos. Criava-se, assim, a equivalência entre os cursos médios de 2 o ciclo. Aos estudantes do ensino profissional, a nova lei representou a consolidação do ingresso no ensino superior. Coincidentemente, foi a partir de 1960 que os jovens passaram a ambicionar o ensino superior como o caminho natural para a ascensão social e econômica, pela falta de alternativas. Assim como se vislumbravam novas possibilidades através dos estudos, as escolas profissionalizantes começaram a chamar a atenção da juventude pelos cursos que ministravam indo ao encontro das oportunidades que o mercado, aquecido pelo desenvolvimento da indústria nacional, passara a oferecer. Com a mudança de comportamento aliada aos caminhos que o ensino tomara, ampliando as perspectivas, criou-se uma alteração no perfil socioeconômico dos alunos de cursos técnicos. Com isso, as grossas camadas de preconceito que persistiram por décadas na sociedade deixaram de existir.



Figura 9: Evento cívico na quadra de esportes aberta. Arquivo Institucional UTFPR, 1957

8. **Consolidação da ETFPR e criação do CEFET-PR: as décadas de 70 e 80**

A Escola Técnica Federal do Paraná, que vinha de um processo de expansão paulatino, inclusive com a ajuda da CBAI para manter-se como referência no cenário nacional, também viveu essa onda de euforia. A Comissão foi responsável pelas melhorias das instalações da escola, entre outras ações, que colaboraram para que se projetasse ainda mais. A partir de 1961, no entanto, a presença de técnicos americanos no CPTP começou a diminuir gradativamente, à medida que os técnicos brasileiros foram sendo capacitados. Em 1963, a CBAI foi extinta por decreto do presidente da República, João Goulart. Seus encargos foram transferidos ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial (GTEEI), órgão técnico diretamente ligado à Diretoria Industrial do MEC, que, a partir de então, teve sua denominação alterada para Grupo Executivo do Ensino Industrial (GEEI). Os técnicos brasileiros da CBAI passaram a integrar o GEEI. Os professores do Centro Pedagógico do Ensino Industrial de Curi - tiba – nova denominação do CPTP – continuaram a dar aulas na Escola Técnica Federal do Paraná, já que eram vinculados a ela. A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial iniciou e deu por encerrada sua história dentro da escola paranaense, como um organismo paralelo, apesar da proximidade mantida com a instituição.

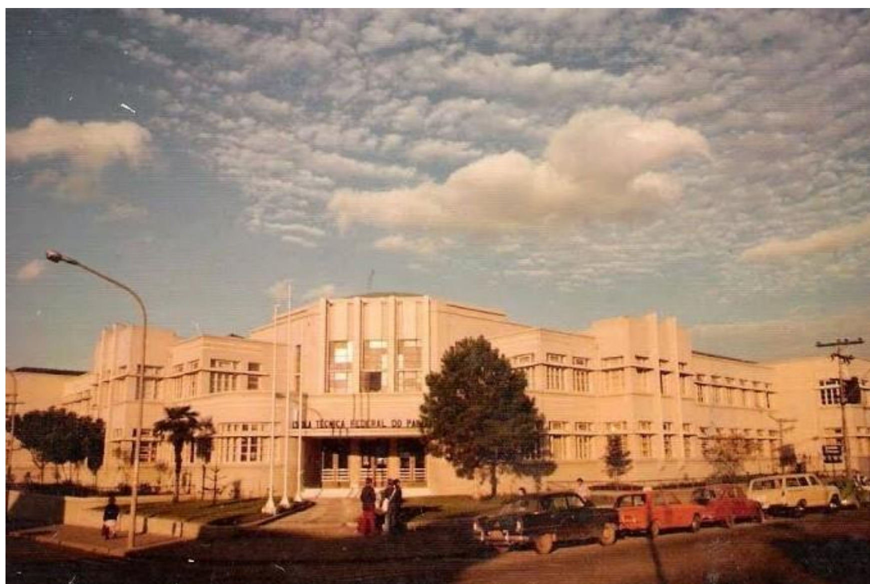


Figura 10: Bloco J na década de 70. Arquivo Institucional UTFPR, 1970

Esta, porém, tinha vida própria. Em 31 de dezembro de 1961 foi instituído o Conselho de Professores da ETFPR, atendendo à exigência da nova lei de ensino industrial. Coube ao Conselho enquadrar os cursos ofertados com a nova legislação, da mesma forma que passou a tomar medidas para melhorar o funcionamento das atividades pedagógicas. Buscando mais eficácia e agilidade, o Conselho foi subdividi - do em comissões que se tornaram responsáveis pelo gerenciamento das provas, aprovação dos programas e adaptação de cursos. Segundo depoimento de Ricardo Luís Knesebeck, que viria a ser diretor da escola, a falta de controle da direção sobre a elaboração e cumprimento dos programas, a cargo dos professores, era uma das falhas das escolas da época. Contratado como professor de Física pela ETFPR, foi levado à sala de aula sem que a escola se preocupasse com o conteúdo do que ele iria ensinar. “Não me disseram o que era para ensinar, não me perguntaram o que eu ia ensinar, e se eu perguntasse qual era o programa de ensino, ninguém saberia me dizer”, disse ele.

Respondendo pela direção da escola desde o distante ano de 1939, o professor Lauro Wilhelm deixou o posto em novembro de 1965, sendo substituído por Oswaldo Ceccon, então delegado do MEC. Foi uma passagem meteórica – de novembro de 1965 a junho de 1966. Ricardo Luís Knesebeck sucedeu-o no cargo, a partir do dia 4 de junho. O ano letivo de 1966 na Escola Técnica Federal do Paraná começou com a abertura de cursos técnicos no período noturno. A introdução desses novos cursos aumentou o número de alunos. Sob o comando de Knesebeck, teve início um período de grandes mudanças na estrutura da escola. Expandiu-se o ensino técnico colegial, considerando-se o desenvolvimento econômico que o Estado apresentava. As disciplinas curriculares de cultura geral, dos cursos técnicos, foram reestruturadas buscando, provavelmente, a padronização e o aprofundamento dos programas de ensino.

O aspecto pedagógico ganhou importância com a criação da Coordenação Didática, subordinada ao Departamento de Ensino. Direcionou-se a atenção para a sala de aula, para as relações entre alunos e professores. O cuidado com a qualidade e eficiência dos cursos era intenso. Em 1969 aprovou-se a criação de chefias para as disciplinas de cultura geral, considerando-se que o Conselho de Professores, por si só, não conseguiria dar conta dos mais de 3 mil alunos matriculados na escola. A coordenação didática da escola também criou um mecanismo cujo objetivo era avaliar o aproveitamento dos alunos, e, com isso, poder manter o controle e fiscalização do trabalho do professor. As alterações na ETFPR como as mudanças curriculares, planejamento de ensino, maior cuidado com as questões pedagógicas tiveram resultados positivos, como se verificou com as primeiras colocações dos alunos do curso técnico nos vestibulares da Universidade Federal do Paraná

Enquanto as escolas técnicas do país eram referências no ensino, no âmbito das escolas de segundo grau, a do Paraná tinha reconhecimento nacional. A cada ano formavam-se técnicos de nível médio cada vez mais procurados pelo mercado de trabalho. Fatores como a qualidade de ensino, estrutura física, equipamentos sempre renovados e investimentos na formação do corpo técnico e administrativo foram decisivos para que o MEC, em dezembro de 1969, selecionasse a instituição paranaense para ofertar Cursos Profissionais de Nível Superior de Curta Duração. Da mesma seleção constaram as escolas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Coube à ETFPR implantar os Cursos de Engenharia de Operação nas áreas de Construção Civil, Eletrônica e Eletrotécnica, uma modalidade de ensino adaptada dos cursos de curta duração que existiam na Europa desde o pós-guerra, e que se mostravam eficientes. O Centro de Engenharia de Operação da ETFPR ficou responsável pela construção de um novo prédio que abrigaria as dependências desses cursos recém-criados. Porém, não havia espaço físico para o empreendimento. A necessidade de novas instalações era premente, e essa realidade faria com que várias tentativas para adquirir um terreno se multiplicassem em desdobramentos através dos anos, até chegar a um termo positivo.

Em 1970, o diretor Ricardo Knesebeck e o professor de história Niquelson Rodrigues dos Santos (mais tarde ele seria coordenador didático da instituição) tomaram a si o encargo de trazer para a escola o sistema de ensino por objetivos, conceito inovador na sistemática didático-pedagógica. Houve reação por parte dos professores mais conservadores, no entanto o diretor fez valer sua vontade. “Eu fui um dos primeiros no Brasil que adotei de corpo e alma aquela filosofia e trouxe para cá e implantei”, afirmou Knesebeck, lembrando daqueles idos. Foram realizados cursos de aperfeiçoamento ao pessoal docente, para melhor se inteirar do método de ensino. Outra das medidas adotadas pelo diretor junto aos educadores foi mais sutil, dessa vez estimulando seu orgulho profissional: eles integravam o quadro da Escola Técnica Federal do Paraná.

Devido ao trabalho desenvolvido, a ETFPR ocupou o honroso posto de difusora nacional dessa abordagem. O sistema de ensino por objetivos atravessou as décadas de 1970 e 1980, configurando-se como uma tradição da escola. Por essa época, foi firmado um acordo com o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor), órgão vinculado ao MEC, com sede em São Paulo, possibilitando aos professores da área técnica se reciclarem. O Cenafor,

nascido em 1969, tinha por finalidade, entre outras, a preparação e aperfeiçoamento dos docentes, técnicos e especialistas em formação profissional. Em 4 de junho de 1972, Ricardo Luís Knesebeck deixou a direção da entidade para assumir a Coordenação de Assistência Técnica do MEC.

O crescimento constante da escola trazia em seu bojo dois aspectos ambivalentes – o reconhecimento da importância da instituição, traduzido em sucesso, e, em decorrência desse conceito, o velho problema da falta de espaço para manter o nível educacional a um público mais numeroso. Atento à realidade e aos rumos que iriam se delinear no futuro, o diretor Ivo Mezzadri enviou ofício ao Ministro da Educação, Ney Braga, pedindo a reativação do processo de solicitação da cessão do terreno pertencente à RFFSA para a escola.

Citou Mezzadri o crescente volume de candidatos registrado a cada vestibular, que disputava sempre o mesmo número de vagas oferecidas pelo estabelecimento. Naturalmente, a procura pelos cursos técnicos tinha uma ligação direta com a expansão das indústrias – a capital passara a contar, desde 1973, com a instalação da Cidade Industrial de Curitiba. Depois de sua conclusão, o projeto iria gerar 16.655 empregos diretamente voltados para técnicos formados em nível de 2o grau nos cursos de Eletrônica, Eletrotécnica, Decorações, Edificações, Mecânica, Telecomunicações. Sem obter do ministério a devida atenção, o diretor do CEFET volta a empenhar-se no mesmo pedido ao novo Ministro da Educação, Eduardo Portella, com ofício datado de 22 de abril de 1980. Como ocorrera anteriormente, as negociações para a cessão do terreno da RFFSA para o CEFET não foram levadas a cabo. Comandar o grande estabelecimento de ensino compreendia administrar vias distintas que formavam o grande leque escolar.

Paralelamente ao aspecto pedagógico, havia também preocupação em estabelecer atividades criativas e artísticas junto ao corpo discente. Por intermédio da portaria nº 285, de 6 de maio de 1976, Ivo Mezzadri instituiu as Atividades Extraclasses da ETFPR, com o objetivo de propiciar ao estudante "através da expressão artística e da atuação cooperativa e solidária, crescer como indivíduo e alcançar os dois aspectos complementares do ensino educativo: realização individual e integração social", segundo entrevista concedida ao Nosso Jornal, publicação interna da escola. Música, esportes, teatro e radioamadorismo formavam a rede de ofertas aos alunos: atletismo, banda marcial, basquetebol (masculino e feminino), coral, ginástica rítmica, handebol (masculino e feminino), natação (masculino e feminino), radioamador, teatro, voleibol (masculino e feminino).

O apreço às artes na história de uma instituição de ensino tecnológico ficou registrado também em um painel de Poty Lazzarotto, instalado no pátio central da escola entre maio e junho de 1975. A obra em si tem valor inestimável, pelo que o artista representa nacional e internacionalmente. Nascido em Curitiba em 1924 – faleceu a 7 de maio de 1998 na mesma cidade, depois de viver por muitos anos no Rio de Janeiro –, Poty formou-se na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio, e estudou na École des Beaux Arts, em Paris, com bolsa do governo francês. Após a temporada na Europa, voltou ao Brasil e, consagrado como um dos pioneiros da gravura no país, participou das três primeiras Bienais de Arte Moderna de São Paulo.

A origem do painel na escola deve-se ao diretor Ivo Mezzadri, que consultou engenheiros da própria instituição para saber como tornar mais atrativas as paredes do bloco I, destituídas de janelas. A sugestão veio de um "sujeito muito simples" que estava no grupo: instalar ali um painel artístico. Um projeto de Poty, contando a história da tecnologia, foi aprovado. Como na época a Escola Técnica Federal do Paraná compunha-se dos cursos de Técnico em Edificações, Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Eletrônica e Técnico em Decorações, o trabalho sintetizava a história até esse momento

Nas palavras do professor Mezzadri, esta era uma "representação significativa de história e de orgulho". Dividido em três partes, o painel inicia com cenas de homens em oficinas de construção, ferraria, marcenaria, sapataria e olaria. Adiante, tem-se o processo de fundição, com professores ensinando o processo aos alunos, e chega aos dias atuais daqueles anos 1970 – computadores e

gravadores são o símbolo da modernidade tecnológica, mas cabeças humanas ali colocadas simbolizam que, sobre todas as invenções, o cérebro humano continua a ser o grande criador. A execução da obra ficou por conta do professor Ângelo Quinalha, auxiliado por dois alunos do Curso Técnico em Edificações. Em janeiro de 1975, Poty entregou os moldes em isopor e orientou sobre a confecção do painel, que teria uma mistura de pó Xadrez Vermelho, experiência ainda quase inédita do artista.

O processo era lento e complexo. Os moldes em isopor eram colocados em formas de madeira, sobre as quais eram despejadas camadas de argamassa de cimento e areia. Sustentações de aço foram colocadas para dar sustentação às placas e evitar que rachassem com o tempo. Por fim, vinha o concreto. Depois de quatro dias, estando inteiramente secas, as placas podiam ser desenformadas. Para a cura completa do material eram necessários mais 28 dias. Ao todo levou 40 dias para a concretagem estar concluída. Aparentemente simples a operação exigia atenção pelas sutilezas em sua elaboração na concretagem – altos e baixos relevos nos moldes tinham que ser trabalhos à risca, para o uso correto do material. Desses cuidados dependia o resultado final da obra. O uso do pigmento avermelhado por Poty, em uma de suas primeiras experiências com este material em painéis tinha uma explicação. Ele queria dar um tom avermelhado lembrando a cor de tijolo. Assim permaneceu o painel até que, no final dos anos de 1980, princípios de 1990, uma camada de tinta em tom de concreto alterou a criação em sua cor original.



Figura 11: Mural do Poty Lazzarotto. Curitiba Space, Data Desconhecida

No começo do ano de 1977 o professor Edson Machado de Souza, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, proferiu aula inaugural em Curitiba aos calouros dos Cursos de Engenharia de Operação da ETFPR. O tema da aula: “Transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, em Centros Federais de Educação Tecnológica”. Com o anúncio sobre os próximos passos do governo na área do ensino tecnológico, os estudantes tomaram conhecimento que os CEO de curta duração passariam a se chamar Engenharia Industrial, funcionando paralelamente aos cursos de Educação Técnica, Formação de Tecnólogos de nível superior e Habilitação Profissional de 2 o Grau. A transformação da ETFPR em CEFET, com alterações dos cursos de Engenharia de Operação para Engenharia Industrial motivou interesse ainda maior dos estudantes em ingressar na instituição. Em janeiro de 1978 a ETFPR deu início aos cursos de Engenharia Industrial, na modalidade de Elétrica. A mudança que o representante do MEC citou nas primeiras semanas de 1977 concretizou-se mais de um ano de - pois com a criação da Lei n o 6545, de 30 de junho de 1978, cujo sistema verticalizado envolvia o 2 o grau, graduação e pós-graduação na área tecnológica, com direcionamento para a atividade industrial. O surgimento dessa lei trouxe consigo, oficialmente, a expressão “educação

tecnológica". Posteriormente outras instituições viriam a usar a mesma denominação básica. No dia 29 de junho de 1979 comemorou-se o primeiro aniversário do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. A data festiva contou com palestra do então secretário de Estado da Educação, professor Edson Machado de Souza, que deixara a direção do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura. A escolha pela sua presença nessa data teve um cunho de importância muito maior que a mera formalidade pelo fato de ser ele, nesse momento, a autoridade máxima da educação no Estado. Foi um gesto de reconhecimento do CEFETPR à autoridade que desempenhara papel preponderante na condução recente dos destinos da escola.

Machado de Souza foi um dos idealizadores da transformação da Escola Técnica Federal do Paraná em Centro Federal de Educação Tecnológica. Para isso, considerou a qualidade do ensino oferecido pela entidade e a complexidade de sua estrutura administrativa. A soma desses fatores superava, e muito, a condição de uma escola tecnológica

O reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela escola tinha embasamentos sólidos, como também se verifica pela implantação no CEFET-PR do primeiro curso de nível superior de curta duração no Estado, nesse início de década: o de Tecnologia da Construção Civil. A criação do curso foi possível graças à autonomia de que gozava a instituição, conferida pela política federal adotada para a Educação, conforme previam os objetivos estabelecidos pelo Projeto Setorial no 15, do segundo Plano Setorial de Educação e Cultura, do MEC, para o período 1975-1979. Com o advento do Projeto Setorial no 15, o Ministério imprimiu maior empenho à criação e implantação de novos cursos superiores de tecnologia. Da mesma forma incentivou as instituições de ensino que ofereciam esses cursos que buscassem canais para estreitar a aproximação com o mundo empresarial, que efetuassem pesquisas de mercado de trabalho e implantassem cursos em áreas profissionais onde houvesse demanda pelas empresas.

Um novo curso técnico, em nível de 2o grau, foi implantado pelo CEFET-PR em 3 de dezembro de 1980: o Curso Técnico de Desenho Industrial. Como os demais cursos de 2o grau, teria duração de quatro anos, com duas opções facultadas aos alunos: habilitação de Auxiliar Técnico em Projetos de Móveis para os que escolhessem cursar até o 6o período; os que concluíssem os oito períodos receberiam Diploma de Técnico em Desenho Industrial. Sobre a criação do novo curso, o diretor Ivo Mezzadri expôs suas razões em relatório enviado para o Conselho Federal de Educação. Argumentou sobre a necessidade de formação de técnicos que atendessem ao setor industrial, "em franco desenvolvimento nas Cidades Industriais de Araucária e Curitiba, além dos pólos industriais de Campo Largo, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Apucarana e Parque Industrial de Santa Catarina". Havia carência, segundo Mezzadri, de "técnicos especializados em desenvolver projetos relativos especialmente à Indústria Moveleira, além de indústrias têxteis, gráficas, de cerâmicas, de esquadrias, de embalagens (papel e papelão), de fibras de vidro, plásticos e indústrias de jóias".

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, destinou para a escola uma verba de 123 milhões de cruzeiros, mas antes de efetuar o repasse mandou três de seus funcionários para uma análise no local sobre a aplicação do dinheiro. Os visitantes deixaram a instituição satisfeitos com o que viram e ouviram. Entre as prioridades mostradas a eles constavam gastos com a manutenção do ensino e o aprimoramento das dependências físicas, ou seja, novas salas de aulas práticas e teóricas, laboratórios e oficinas. Havia, inclusive, um projeto de construção de novos pavimentos no terreno da instituição. Destinados a substituírem as antigas oficinas, os prédios se - riam erguidos em uma área de 2.600 m 2, teriam quatro pavimentos, somando um total de 8.500m 2 de área edificada. No primeiro pavimento ficariam as oficinas; os demais iriam abrigar salas de aulas e laboratórios. Depois de prestar todas as informações exigidas pela Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior, órgão pertencente ao MEC, o CEFET-PR foi agraciado com a liberação da verba. As obras tiveram início em junho de 1982.

Quase 12 anos à frente de uma das entidades de ensino mais respeitadas do país, o diretor Ivo Mezzadri deixou o posto em 17 de janeiro de 1984. No dia 18 de janeiro, o professor Ataíde Moacyr Ferrazza tomou posse, em sessão oficializada em Brasília. Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Paraná, no CEFET-PR atuou como Assistente de Direção, Coordenador Didático, Diretor Educacional, Diretor Substituto e Vice-Diretor. Em seu Plano Geral de Ação o novo diretor anunciou que iria “prosseguir, no mesmo ritmo, no mesmo entusiasmo e na mesma direção o trabalho dos dirigentes anteriores.” Com essa visão, Ferrazza deixou claro seu reconhecimento a todos aqueles que conduziram a instituição ao longo das décadas. Ele não falava em rupturas, mas em uma continuidade nas decisões que favorecessem o desenvolvimento daquela casa de en - sino. Uma segunda linha do Plano Geral de Ação direcionou-se à criação, ampliação e intensificação das condições e recursos necessários para que o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná conquistasse espaço no âmbito das instituições de Ensino Superior. No entender do diretor era vital que a instituição se afirmas - se com características peculiares e diferenciadas das demais, que mantivesse a oferta do ensino com excelência e alcançasse “seus objetivos com plenitude”.

A partir dessa visão e das metas delineadas para esse fim, foram estabelecidas diversas prioridades, entre as quais: descentralização, participação e modernização administrativa; melhoria da qualidade de ensino; afirmação da identificação do CEFET-PR como instituição de ensino de 2º e 3º graus, dentro de uma perspectiva de integração e verticalização do ensino; criação de oportunidades ricas e variadas de crescimento pessoal dos educandos e desenvolvimento de suas potencialidades; implementação de uma política de desenvolvimento e valorização dos recursos humanos; ampliação e modernização dos laboratórios e oficinas; implementação e incentivo à pesquisa aplicada.

Além do Plano Geral de Ação também foi criado o Plano Global de Desenvolvimento Físico, responsável pela adequação racional dos espaços físicos disponíveis para novas construções, urbanização e infraestrutura da entidade. Exceto os prédios financiados pelo MEC, os demais que fossem erguidos, utilizariam recursos próprios e teriam sua execução coordenada por profissionais da própria instituição, com projetos igualmente elaborados na sede. Havia, ainda, o Plano de Aplicação de Recursos que estabelecia a aplicação financeira e a fonte de recursos para execução dos trabalhos planejados dentro do Plano Geral de Ação. Na área do ensino o principal objetivo da direção e de toda a comunidade escolar era fazer do CEFET-PR um centro de aprendizado por excelência. Para alcançar aquilo que se almejava foram elaborados e desenvolvidos vários programas e projetos nas áreas pedagógicas, de recursos humanos e físicos.

Entre as medidas tomadas para esse fim constavam desde a reformulação e aprovação pelo Conselho Federal de Educação (CFE) do currículo do Curso de Engenharia Industrial, aprovação do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Ensino de 2º Grau e elaboração de estudos para a implantação dos Cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu, até a consolidação da estrutura e funcionamento dos Departamentos Acadêmicos e da modernização e reequipamento dos laboratórios e oficinas. Paralelamente a esses projetos, investiu-se também na formação do corpo docente da escola. Um dos incentivos visava à formação de massa crítica qualificada e diversificada, motivo pelo qual foi criado o Programa Institucional de Capacitação Docente, iniciado em 1984. Em 1985 começaram os Cursos Emergenciais para a Formação de Professores. Conhecidos como Esquema I e Esquema II, esses cursos contemplavam, respectivamente, os profissionais de nível superior, mas sem licenciatura na área em que atuavam, e os professores que possuíam apenas o curso técnico. Propiciava-lhes a fundamentação didático-pedagógica e conteúdo específicos sobre as disciplinas em que trabalhavam.

Esquema I e Esquema II Os cursos emergenciais Esquema I e Esquema II foram criados pelo MEC para suprir a falta de professores de ensino técnico habilitados em nível superior no Brasil. Os cursos do Esquema I traziam a complementação pedagógica aos portadores de diploma de nível superior. No Esquema II os cursos eram direcionados aos técnicos diplomados e neles estavam incluídas disciplinas pedagógicas existentes no Esquema I e as de conteúdo técnico específico. Desde 1984

o CEFET-PR passou a ofertar esses cursos em convênio com instituições de ensino federais, estaduais e particulares. Em meados de 1997 o Conselho Nacional de Educação extinguiu-os e criou o Programa Especial de Formação Pedagógica, voltado a profissionais formados em curso superior, que atuam na área do magistério.



Figura 12: Sede Centro UTFPR em vista aérea. Arquivo Institucional UTFPR, 1988.

Três anos depois, em 1988, ao final de sua primeira gestão, o professor Ferrazza contabilizaria os frutos desses incentivos: o quadro docente do CEFET-PR contava com um doutor, 34 mestres, 136 docentes com especialização, dez docentes fazendo Doutorado, sendo seis no exterior; 24 com Mestrado em andamento, sendo um no exterior, e 22 fazendo Especialização. A titulação dos docentes permitiu ao CEFET-PR ofertar, no quadriênio, três cursos em nível de pós-graduação: de Especialização em Matemática Aplicada, de Especialização em Acionamentos Industriais e de Especialização em Engenharia de Segurança de Trabalho. A atenção voltada a alunos e professores não significava que a escola fosse uma instituição fechada, voltada unicamente à sua comunidade estudantil – também foram dados amplos incentivos no sentido de aproximá-la do meio empresarial da cidade, concentrado na Cidade Industrial de Curitiba. Estabeleceram-se contatos também em outras regiões, como os parques industriais de estados vizinhos e hidrelétricas, destacando-se as de Itaipu e de Salto Osório. Além disso, eram realizadas visitas às demais empresas; promovia-se prestação de assessoria técnica e serviços de produção a instituições, firmas e particulares. Para esse trabalho de relacionamento foi criado o Conselho Empresarial, composto por representantes de empresas de áreas correlatas às dos cursos do CEFET-PR, por representantes de ex-alunos e da Diretoria de Relações Empresariais. Através desses canais foi possível estabelecer convênios entre a escola e as indústrias.

Desses convênios dois foram mais significativos pelo que representaram junto à instituição – o primeiro, que marcava o ingresso do CEFET-PR no campo da cooperação internacional, foi firmado com o Ministério da Educação e Cultura do Paraguai, em 1985. Previa treinamento de profissionais da área de administração do ensino, e a professores de disciplinas técnicas. O segundo foi um acordo com o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná que, tendo assegurado os recursos humanos, materiais e financeiros, possibilitou a oferta do primeiro curso de Mestrado da escola, na área de Automação Industrial, iniciado em março de 1988. A abertura criada entre a escola e o mundo empresarial gerou entendimentos dos mais promissores, possibilitando a uma gama de

jovens formandos ingressarem no mercado, colocando em prática os conhecimentos adquiridos em salas de aulas. Em contrapartida, a reputação do CEFET-PR ganhou amplitude no desdobramento que se seguiu a essas realidades, envolvendo campo de trabalho e profissionalismo.

A Diretoria de Relações Interinstitucionais – DIRINTER, da UTFPR, mantém um programa de intercâmbio de estudantes e professores do Brasil para o exterior e vice-versa. Institucionalizado desde abril de 2000, teve início de modo assistemático entre 1988 e 1989 quando o professor Henrique Wiens, do Departamento de Física, manteve os primeiros contatos com uma escola da Alemanha. Logo após o professor Jair Almeida, do Departamento de Construção Civil aderiu à proposta. A iniciativa desses professores gerou novos contatos nos demais departamentos do então CEFET-PR. A demanda de convênios levou à criação da Assessoria de Relações Interinstitucionais – ARINT pelo diretor Eden Januário Netto. Os professores Edelzina Ribas Coutinho e Paulo Barbosa assumiram inicialmente o setor, sendo que o professor Barbosa deixou o posto e a professora Edelzina manteve-se no comando até 2006. No começo do programa os estrangeiros que vinham ao Brasil nem sempre encontravam lugar para morar e se hospedavam nas casas dos professores, inclusive na casa da coordenadora da Assessoria. Atualmente, a professora Maria Cristina de Souza responde pela DIRINTER que conta com acordos firmados com onze instituições da Alemanha, quatro da França, duas da Espanha, três dos Estados Unidos, duas do Japão, uma de Portugal e duas da Argentina.

Às opções de lazer e integração já cristalizadas no dia-a-dia do estabelecimento, vindas da gestão anterior – os clubes de Radioamadorismo, Cinema, Astronomia, Xadrez, Filatelia, o Conjunto de Sopro, o Coral, as bandas Musical e Marcial, o teatro –, acrescentaram-se com mais ênfase as atividades esportivas. Estas receberam apoio tanto nos jogos colegiais, como em campeonatos mantidos por federações amadoras. Os desportistas do CEFET-PR também representaram, em menor número, clubes e sociedades da cidade. Foi assim que as equipes masculina e feminina de Handebol da escola vestiram a camisa do Colorado E.C. e as equipes masculina e feminina de Voleibol envergaram as camisas da Sociedade Morgenau e do Círculo Militar do Paraná, respectivamente. Além dessas atividades, que colaboravam para a integração e convivência entre as turmas de escolares, procurava-se desenvolver e difundir em meio aos jovens ações voltadas a objetivos diversos, de cunhos culturais e sociais. Desta forma é que foi firmado acordo com o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, para a execução de bengalas e regletes para os deficientes visuais assistidos pelo Estado. Reglete é um aparelho utilizado para a escrita e leitura dos deficientes visuais – uma variação da peça criada por Louis Braille. Esse serviço continua sendo realizado até os dias atuais pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE.

Dentro dessa linha de interação da CAC, em que o CEFET-PR não se fechava em si, mas, pelo contrário, mantinha conexão com setores da sociedade, deu-se a implantação da Comissão Permanente de Prevenção de Acidentes – COPPA. A COPPA desempenhava o papel de coordenadora e supervisora, no âmbito do CEFET-PR, das atividades relacionadas com a higiene e a segurança do trabalho, além de exercer função educativa ao repassar aos estudantes noções de higiene e segurança no trabalho, por intermédio das Subcomissões Pedagógicas, que eram formadas por professores e alunos. A área de pesquisas realizadas no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná foi repensada em meados dos anos 1980 devido, especialmente, à volta dos professores que foram se especializar em outros estados e no exterior. Concluiu-se pela sistematização e concentração de trabalho em duas linhas de ação: a Engenharia Biomédica e o Desenvolvimento de Equipamentos Didáticos. Voltada para o desenvolvimento de projetos na área Biomédica, a linha da Engenharia Biomédica do CEFET-PR, no quadriênio 1984-1987 desenvolveu e entregou, com verba da própria instituição, um Analisador de Segurança Elétrica para a área hospitalar, um Sistema de Suspensão para Tetraplégicos, um Controlador de Temperatura para Incubadoras, para o Hospital de Clínicas da UFPR, e um Medidor de Correntes de Fuga e Equipotencialidades para o Centro de Engenharia Biomédica da Unicamp.

Contando com patrocínio do Conselho de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná – CONCITEC, professores e alunos de Engenharia Biomédica desenvolveram um conjunto de aparelhos de fisioterapia que foi entregue ao Hospital de Clínicas da UFPR; um berço aquecido com controle de temperatura e unidade móvel com incubadora e um ventilador pulmonar com controle, para o Hospital Cajuru, da PUC-PR. Desenvolvimento de Equipamentos Didáticos, constante da segunda linha de ação na área de pesquisas do CEFET-PR, focou sua atenção no sentido de suprir as necessidades de instituições de ensino tecnológico que encontravam sérias dificuldades para dar suporte ao funcionamento de laboratórios e experimentos. As dificuldades eram grandes: não havia equipamentos nacionais adequados à didática, que poderiam ser adquiridos pelas escolas a um custo acessível e, aos importados, não eram destinadas verbas. Durante a gestão do professor Ferrazza vários projetos foram colocados em prática, dentre esses a produção de 36 microcomputadores para uso didático, um cronômetro digital para Laboratórios de Física, um Medidor de Função Densidade de Probabilidade, para estudos de sinais aleatórios como ruídos e sinais telegráficos, 50 mesas de Ensaios de Eletrônica Digital.

Uma nova iniciativa colocada em prática pelo CEFET-PR, em outra área distinta, foi o Programa Editorial nascido em 1985 como embrião de uma futura editora da instituição. A proposta era servir de incentivo à pesquisa técnico-científica e à produção de uma literatura específica e pouco explorada pelas editoras convencionais. O professor Martins Dagostim foi seu primeiro editor executivo. O Programa Editorial, responsável pela revista Tecnologia & Humanismo, lançada em outubro de 1986, voltou-se inicialmente à publicação de livros de Matemática, destinados a programas dos cursos de 2o grau das escolas técnicas federais e dos centros de educação tecnológica. Entre os anos de 1986 e 1987, foram produzidos quatro fascículos elaborados por docentes da área, de várias das instituições às quais as obras se destinavam. O conjunto totalizou 70 mil volumes montados e impressos na gráfica do CEFET-PR. Visando à consolidação, ampliação e aperfeiçoamento do Programa, o editor Martins Dagostim manteve contatos com editoras universitárias, participou de Seminários Nacionais das Editoras Brasileiras e filiou-o nas entidades representativas: Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU e Editoras Universitárias da Região Sul – EDUNISUL.

No segundo semestre de 1986, a escola passou a contar com um novo departamento, o chamado Setor de Engenharia, para o qual estavam destinados trabalhos na criação de projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidráulicos, paisagísticos, de equipamentos e de ensino. Porém, seu surgimento deveu-se à solicitação que o CEFETPR recebera do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação – CEDATE, órgão vinculado ao MEC, para que a entidade projetasse e construísse Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) nas cidades de Medianeira e Cornélio Procópio. Estas unidades viriam a ser construídas no ano seguinte. As Unidades de Ensino Descentralizadas surgiram em decorrência da escassez de Escolas Técnicas e Industriais de 2o grau no país, conforme estudo promovido pelo Ministério da Educação e Cultura. Até então existiam apenas 20, todas nas capitais dos estados. O que estava ocorrendo era uma grande expansão da indústria em todo o território nacional, não apenas nas capitais e regiões metropolitanas, onde se concentram as maiores populações. Mesmo em lugares afastados dos grandes centros estavam surgindo parques industriais que transformavam essas localidades em polos de desenvolvimento. Faltava, no entanto, pessoal qualificado que pudesse atender às necessidades industriais. Foi a partir dessa realidade – e dessa constatação – que o MEC voltou sua atenção a este campo do ensino, através do Comitê de Educação Técnica, do qual participava o diretor do CEFET-PR, Ataíde Moacyr Ferrazza, no Grupo III. Ferrazza fora designado para reformular a educação técnica no Brasil. O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, encontrou-se com o presidente José Sarney para expor a necessidade da criação de novas Escolas Técnicas e Industriais em cidades do interior. Sugeriu 200 unidades.

A Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) É integrante da rede federal de educação tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC) do Brasil,

vinculada a um Centro Federal de Educação Tecnológica, a uma escola Agrotécnica Federal ou à Escola Técnica Federal, mantendo com estas dependência administrativa, pedagógica e financeira.

A interiorização do ensino levou o nome de Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – Protec, que mudaria o cenário brasileiro por contar somente com os CEFETs, como ocorria desde o início do século. Dessa discussão nasceu a Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, que se integraria à rede federal de educação tecnológica, contando com o aval do presidente José Sarney, oficializado em julho de 1986. Através desse projeto foi possível implementar a iniciativa de extensão da educação tecnológica ao interior dos estados, justamente nas cidades polos, dotando cada uma delas com a Unidade de Ensino Descentralizada, de centros federais de educação tecnológica e de escolas técnicas federais. Com esse projeto de expansão do ensino tecnológico, indo ao encontro das características locais e criando cursos de acordo com as necessidades de cada região, foi possível também abrir novos caminhos para a juventude, evitando o êxodo que se tornava cada vez mais intenso para as grandes cidades. Cada Unidade de Ensino Descentralizada, segundo a proposta, estaria vinculada não só a um Centro Federal de Educação Tecnológica, como poderia vincular-se a uma Escola Agrotécnica Federal ou a uma Escola Técnica Federal, mantendo com estas entidades dependências administrativa, pedagógica e financeira. Diversas escolas técnicas, após sofrerem todo um processo de substancial melhoria, desde os cursos ofertados às instalações físicas dos prédios, ambientes administrativos, laboratórios, oficinas, recursos humanos (docentes e técnico-administrativos), condições para se integrar com a comunidade regional, passaram a exibir condições de se tornarem CEFETs. Após avaliação criteriosa do MEC, era concedida a autorização para essa transformação. Ao todo foram 34 os estabelecimentos que chegaram a este patamar, 38 foram as UNEDs implantadas. No Paraná, foram criadas inicialmente as UNEDs de Medianeira e Cornélio Procópio, ambas ligadas ao CEFET-PR.

No dia 26 de janeiro de 1988 tomou posse, em Brasília, o novo diretor da instituição paranaense, professor Artur Antonio Bertol. A sessão foi presidida pelo Ministro da Educação, Hugo Napoleão. Três dias depois, no auditório do CEFET-PR deu-se a solenidade de transmissão do cargo. O professor Ferrazza assumiu a vice-diretoria da escola. Artur Antonio Bertol, graduado em Engenharia Civil, licenciado em Física pela Universidade Federal do Paraná e pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lecionou Física e Matemática. Ingressou no CEFET-PR em 1974. Esteve à frente do Departamento de Ensino de 2º grau, foi membro-nato do Conselho de Ensino e do Conselho Empresarial, e fez parte do Conselho Estadual de Mão de Obra. No comando de uma das entidades de ensino tecnológico mais conceituadas do país, o novo diretor estabeleceu como prioridade um conjunto de ações voltadas para a melhoria dos Recursos Humanos, investimentos na Biblioteca, dotando-a de recursos de informática e comunicação de modo a assegurar agilidade no acesso à informação e dados não disponíveis na instituição. Também priorizou a implantação na escola de laboratórios e oficinas e instalação de novos equipamentos para os já existentes; elaboração e implantação de um novo sistema de registros escolares e acadêmicos; implantação de novos currículos, mais adequados à nova realidade técnico-científica; desenvolvimento da pesquisa aplicada e redobrada atenção ao processo de integração escola-empresa, visando à atualização e aprofundamento dos currículos dos cursos ali ministrados.

Com essas medidas, a direção do CEFET-PR tentava contornar os problemas decorrentes dos poucos recursos liberados pelo governo federal, sem que fosse afetada a qualidade do ensino. Uma das estratégias adotadas para vencer as dificuldades financeiras foi o encaminhamento de projetos aos órgãos de fo - mento e iniciativa privada, bem como utilizar o que era possível da arrecadação própria. A gestão Bertol empenhou-se, ainda, em aprimorar os mecanismos implantados por seus antecessores quanto ao relaciona - mento empresa/escola. Por essa razão de use maior ênfase ao Balcão de Teses, criado em setembro de 1988, e desenvolvido pela Divisão de Pesquisa e Produção,

como um modelo mais estreito de cooperação técnico-científico entre a es - cola e as empresas instaladas no Estado. A inovação possibilitava o envolvimento de professores e alunos de diferentes departa - mentos acadêmicos da instituição com o setor produtivo. Era interessante também às empresas – pequenas e médias – que se beneficiavam dos estudos desenvolvidos especificamente para seus problemas, pagando valores reduzidos em relação ao mercado.

O empreendimento motivou votos de congratulações da Assembléia Legislativa do Estado, por proposição do deputado Algaci Túlio, e da Câmara Municipal de Curitiba, através da proposta do vereador João Carlos Derosso. A Divisão de Pesquisa e Produção, além do êxito do Balcão de Teses, mantinha o Núcleo de Engenharia Hospitalar – NEH, criado em 1986, responsável pelo desenvolvimento de projetos destina - dos à área biomédica. Também realizava cursos de curta-duração, treinando e formando recursos humanos na área, prestava serviços de manutenção para instituições de saúde, desenvolvia equipamentos biomédicos a partir de projetos de pesquisa e prestava assessorias e acordos de cooperação técnica em Engenha - ria Biomédica. No período de 1988 e 1990, entre os vários projetos desenvolvidos pelo NEH, alguns foram realizados com recursos próprios. Desses, citam-se o Testador de Continuidade, que testava a continuidade de cabos condutores e componentes eletrônicos, o Termômetro Digital para Uso Laboratorial; a Caneta Óptica para Telefonistas com Deficiência Visual, que permitia às telefonistas com esse tipo de deficiência operar centrais de PABX e KS, além de outros. Coube ainda ao Núcleo de Engenharia Hospitalar desenvolver o projeto da Unidade Móvel para Atendi - mento ao Acidentado de Trânsito, para o SIATE – Sistema Integrado em Atenção à Emergência.

Para esse trabalho contou com o apoio do INAMPS, da Polícia Militar, da PUC-PR, da UFPR, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. A diversidade de estudos e projetos elaborados, pesquisados e desenvolvidos nos variados campos do ensino, mostrava a efervescência criativa e cultural da escola tecnológica do Paraná. O dinamismo há tempos tornara-se uma das características da sigla CEFET-PR. Na passagem dos 79 anos de existência da escola, o vice-diretor, Ataíde Moacyr Ferrazza, em entrevista ao Jornal do Estado, observou que “todo mundo diz por aí que precisamos de tecnologia de ponta. Entretanto, há que se saber que a tecnologia de ponta está na cabeça de quem constrói e não no equipamento em si”. Com essas palavras deixou evidente que a instituição preocupava-se com a qualidade de seus professores. Acrescentou nessa entrevista a decisão da diretoria em ampliar para 10% o total de profissionais que se dedicariam à realização de mestrado e até mesmo doutorado no exterior.

Os recursos, explicou, tinham como fontes o Ministério da Educação, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que cedia as passagens; a ajuda de custo era proveniente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e cabia ao CEFET-PR remunerar o professor “como se ele estivesse em sala de aula”. Nesse ano, por exemplo, seis professores seguiram para a Alemanha por um período de seis meses, para conhecerem os laboratórios avançados de alta tecnologia, fabricação de chips, laboratórios de física, microeletrônica, design mecânico, mecânica Capa do encarte do Jornal do Estado, comememorativo aos 79 anos do CEFET-PR em setembro de 1988 Entrevista realizada no Jornal do Estado com o Vice-Diretor, professor Ataíde Ferrazza, em 1988 (fundo) e alunos em aula prática no CEFET-PR fina, automação industrial, micromecânica. Havia outro meio que possibilitava viagens para cursos de aperfeiçoamento: o patrocínio de empresas, através de bolsas de estudos. O incentivo aos estudos de aprimoramento não acontecia unicamente com vistas a outros estados e países de maior desenvolvimento técnico e científico. A própria escola programava reciclagem interna para seu corpo docente, trabalhando em diferentes áreas do conhecimento. As aulas eram ministradas pelo pessoal da casa e professores convidados.

A evolução do CEFET-PR gerava a criação de novos setores e cursos, e, por consequência, expandiam-se as vagas ofertadas. Contraditoriamente, se havia aumento por um lado, de outro lado vinha o pesadelo da falta de espaço. Expansão e acanhamento se chocavam em razão do

dinamismo e investimentos que eram tolhidos pelas instalações que não seguiam esses passos, gerando uma situação surreal, não fosse ela uma realidade tão incômoda. Era de conhecimento geral que o ensino ministrado na instituição gerava profissionais de gabarito, dando-lhes oportunidades de bons empregos.

Esse era um dos motivos capitais para que ela continuasse entre as mais concorridas na relação candidato/vagas ofertadas em cada vestibular ou teste seletivo ali realizado. No ano em que completou o 79o aniversário, 6 mil candidatos disputaram as 600 vagas ofertadas para seus cursos. Para minimizar a situação, a escola adquiriu na Avenida Silva Jardim uma área de 1.628 m2 pertencente à Companhia Sulina de Bebidas Antarctica. Para lá foram transferidos materiais da administração que estavam depositados em diversos ambientes da sede. Junto a eles, materiais de construção que obstruíam um espaço próximo à piscina, e veículos que pertenciam à instituição. A retirada do material que obstruía o pátio do estabelecimento tornou possível a construção de uma quadra poliesportiva aos alunos e permitiu que fosse erguida uma parede ao redor da piscina, isolando-a e mantendo-a aquecida. Em 1989, sob a responsabilidade da Diretoria de Relações Empresariais, foi criada a Incubadora Tecnológica de Curitiba – INTEC, iniciativa pioneira no Paraná que incentivava jovens de 2o e 3o graus e de pós-graduação para que iniciassem seu próprio empreendimento.

A Incubadora Tecnológica de Curitiba dispunha-se a oferecer toda infraestrutura técnico-científica, gerencial, física e financeira para o desenvolvimento de projetos. Era capaz de orientar os interessados em todos os passos necessários, como assegurou o professor Brescianini. Aliás, uma grande empresa paranaense, a Bematech, tem suas origens ligadas à Incubadora Tecnológica de Curitiba. A história da Bematech surgiu no curso de pós-graduação em Informática Industrial do CEFET-PR, quando os alunos Marcel Malczewski e Wolney Betiol desenvolveram como dissertação de mestrado uma proposta de sistema de impressão para Telex. Aquilo que era uma exigência da banca examinadora mostrou-se uma excelente oportunidade empresarial. Malczewski e Betiol decidiram levar a ideia adiante, ou seja, para a produção. Procuraram a recém-criada Incubadora Tecnológica de Curitiba em dezembro de 1989. Foi esse projeto o primeiro empreendimento da INTEC. No ano seguinte foi constituída a Bematech, especializada no mercado de impressoras matriciais que explorava o segmento de máquinas Telex.

Ao completar 80 anos o Centro Federal de Educação Tecnológica ganhou oito páginas do informativo bimensal da escola, o Nosso Jornal. A edição de setembro/outubro de 1989 trouxe além de um histórico condensado dessas oito décadas de existência, antigas fotografias e entrevistas com dois ex-alunos que ingressaram na instituição na década de 1930: Manoel Francisco Régis Netto e Pedro Rochavetz. Em seu depoimento, Régis Netto contou que quando vinha para o centro da cidade – ele morava atrás do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz – passava em frente à Marcenaria Riccetti, estabelecida na Avenida Marechal Floriano, ao lado do Colégio Xavier da Silva. Tinha verdadeiro fascínio ao ver o trabalho dos marceneiros na produção de mobílias, mas, especialmente, com o mestre da oficina que, pacientemente, confeccionava cavalinhos. Foram os cavalinhos de madeira que o levaram a estudar na então Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, explicou Manoel Francisco. Saía cedo de casa, no Prado Velho, para assistir às aulas de disciplinas gerais que ocupavam toda a manhã, das 8 horas ao meio-dia. “Depois das aulas chegavam uns funcionários trazendo um balaio com o lanche”, lembrou. “Os alunos tinham direito a um pão de 100 reis, com doce, mortadela ou banana frita. Às 12 horas começavam as aulas práticas nas oficinas, que iam até as 4 da tarde”. A falta às aulas era considerada falha que merecia punição – logicamente punição física, de acordo com os métodos corretivos da época. Um dos castigos era a palmatória.

Como a Escola de Artífices Aprendizes era destinada a crianças pobres, grande parte dos alunos não tinha sapatos. A esses meninos descalços era destinada outra violência na forma preconceituosa como os professores falavam de seus pés: “sapatos de cachorro”. Depois do recreio, eles tinham que se lavar no repuxo existente no centro do pátio, para não sujarem as salas de aula.

Manoel Francisco Régis Netto não concluiu os estudos, mas muitos anos depois seu filho formou-se no curso de Mecânica na Escola Técnica Federal do Paraná.

A profissão de alfaiate surgiu na vida de Pedro Rochavetz de modo imprevisto, conforme seu relato para o Nosso Jornal: - Eu tinha uns nove anos, e ganhei um terno novo para uma festa da família. Depois da festa, minha mãe disse que tirasse a roupa nova para não estragar. Não tirei o terno e fui brincar. Pulei uma cerca de arame e rasguei a calça; por medo de ser repreendido, resolvi remendá-la. Quando minha família viu o trabalho, achou que estava bem feito e, resultado: mandaram-me fazer o curso de Alfaiataria na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. Foi. Mas bastou um ano de aprendizagem para que julgasse estar apto a abraçar a carreira. Começou a trabalhar na Alfaiataria de Ângelo Lorenzzi, na rua Marechal Deodoro esquina com a rua Monsenhor Celso. Era o ano de 1933 e esse foi seu primeiro emprego.

A mesma edição comemorativa do Nosso Jornal incluiu uma matéria acerca da criação do Núcleo de Documentação Histórica conforme projeto criado pela Subcomissão da Memória do Ensino Técnico. Tinha como objetivos o resgate e a organização da documentação histórica da entidade e a implantação de uma unidade científica voltada à pesquisa dos fatos históricos em torno do CEFETPR. O resgate desse material ficaria à disposição dos servidores e alunos para consultas. O projeto apresentado pela Subcomissão da Memória do Ensino Técnico subdividia-se em três fases: preliminar, preparatória e permanente. Durante a fase preliminar haveria o levantamento e seleção de documentos que porventura fossem encontrados, ligados à história da instituição. Na etapa seguinte seria feita uma seleção cronológica, organizada em capítulos para facilitar a leitura da trajetória da escola. A última fase traria a conclusão dos trabalhos e o caráter permanente sobre a memorialística, para não interromper o fluxo da história. Sobre essa particularidade, comentou o professor Ademar Costa Palmeira, presidente da Subcomissão responsável pela elaboração do projeto. Disse ele que seria "fundamental" que a escola registrasse suas experiências, "para que estas não sejam esquecidas com o passar do tempo". O Núcleo de Documentação Histórica – NUDHI deveria conter em seu quadro de servidores duas divisões: os permanentes e os temporários, como sugeria a Subcomissão da Memória.

No grupo de permanentes constaria um professor do ensino de 1o e 2o graus, com dedicação exclusiva e titulação adequada, dois estagiários do curso de História e um servidor administrativo. O grupo de temporários agregaria professores de História pertencentes ao Departamento Acadêmico de Estudos Sociais, que atuariam como colaboradores, fosse a caráter de disponibilidade ou permanência, para desenvolvimento das pesquisas históricas, levantamento, contato e manejo de documentação. No dia 22 de setembro de 1989 o Núcleo de Documentação Histórica do CEFET-PR passou a existir oficialmente, conforme a portaria nº 489, assinada pelo diretor da entidade, Artur Antonio Bertol.

A medida soou como um eco aos anseios do primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, Paulo Ildefonso D´Assumpção, que 75 anos atrás almejara a mesma realização. Chegou a designar dois professores para esse fim, sem conseguir seu intento. A portaria assinada no dia 27 de abril de 1914 indicava a "sra. Professora d. Clotilde Hubel e adjunto de Professor sr. Rubens Assumpção para respectivamente tomarem a seu cargo a guarda e conservação do material de ensino dos cursos de Instrução Primaria e de Desenho, catalogando os modelos, quadros e mappas, e relacionando os utensílios de estudo existentes nas aulas" Em 1972 houve nova tentativa, desta vez por intermédio do professor Ivo Mezzadri. Argumentou o então diretor, através da portaria 186/72, de 3 de outubro de 1972, que, "considerando a necessidade de registro do acervo histórico de nossa Escola e o que isto representa para nossas tradições", designava "o professor Adalberto Américo P. Walger para elaborar a sinopse histórica e evolutiva da Escola Técnica Federal do Paraná, com a colaboração dos Professores Augusto Kloppfeisch e Felix Szabô".

A diferença entre as propostas anteriores – que não obtiveram êxito – e a de 1989 residia num ponto sensível: está se abria para uma interação da comunidade escolar com o patrimônio histórico do

estabelecimento. Assim, tornava possível ao diálogo permanente por parte de servidores e alunos, com a história local, ao mesmo tempo em que eles próprios, enquanto partícipes da escola, transformavam-se em personagens dessa mesma história. Ou seja, ela tecia sua crônica de modo constante, permitindo que a memorialística fosse – e continue sendo – alimentada de novos dados. Coordenaram o NUDHI, desde sua criação, os professores Cremilda Vieira Chautard (1989-1992), Gilson Queluz (1995- 1996), Lauro Gursky Júnior (1998-2000), todos eles do Departamento de Estudos Sociais. Entre 2005 e 2007 o Núcleo ficou sob a guarda da bibliotecária Sheila Fernandez Motta. A partir de agosto de 2007 assumiu a coordenação a professora e pesquisadora Selma Suely Teixeira, do Departamento de Comunicação e Expressão. De acordo com o novo Regimento da Universidade, em 2009 o Núcleo de Documentação Histórica teve seu nome mudado para Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS.

O ano de 1990 marcou a expansão do CEFET-PR para o interior do Paraná, com a inauguração da primeira Unidade de Ensino Descentralizada, em Medianeira, dentro do Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Técnico, do MEC. As aulas tiveram início em março para as primeiras turmas dos cursos Técnicos Integrados em Alimentos e em Eletromecânica.

No dia 24 de janeiro de 1992, o CEFET-PR voltava a ter como diretor-geral o professor Ataíde Moacyr Ferrazza. Dava início à sua segunda gestão e, para o próximo quadriênio, o professor tinha metas traçadas no Plano Geral de Ação 1992-1996. Os tempos agora eram outros, os desafios tinham outras conotações, as mudanças exigiam novas formas de administração. O perfil da instituição já não era o mesmo de poucos anos atrás. Os objetivos do novo diretor envolviam a integração dos vários graus de ensino da escola, melhores condições para o ensino e a pesquisa, ampliação do acervo bibliográfico, implantação do programa de qualidade e produtividade da instituição, o relacionamento com a comunidade interna e externa. Era necessária a ampliação e renovação dos ambientes e equipamentos de ensino. Essa preocupação, como se percebe, vinha de décadas, passando como herança entre as diretorias que estavam sempre às voltas com a ampliação física da escola. Havia, inclusive, um item no Plano Geral de Ação que tratava sobre o planejamento e ocupação de um terreno de 35 mil m2, na rua João Guariza, no bairro São Lourenço, que tinha sido cedido pelo governo estadual para que ali fosse construída nova sede da escola. Era praticamente certa a descentralização do CEFET-PR para esse endereço, mas devido a problemas técnicos relacionados à vazão de tráfego que acarretaria no local, optou-se pela substituição por outra área no bairro do Campo Comprido, de 27 mil m2. A segunda Unidade de Ensino Descentralizada, anunciada em 1987, entrou em funcionamento em Cornélio Procópio em 1993, ofertando cursos nas áreas de elétrica, mecânica e informática. Também nesse ano e no mesmo dia – 15 de março – tiveram início as atividades nas UNEDs de Pato Branco e Ponta Grossa. Em 1995 foi a vez de Campo Mourão ver instalada sua Unidade de Ensino. Foi um começo difícil – por indisponibilidade de imóvel condizente, as aulas dos cursos de Edificações e Alimentos eram ministradas no Ginásio de Esportes Belim Carollo.

No mês de agosto desse ano teve início o Programa de PósGraduação em Tecnologia – PPGTE. Apesar do nome do curso, ele estava aberto a graduados de qualquer formação, não havia obrigatoriedade para que fossem da área tecnológica. Três meses depois, em novembro, foi criado o curso de Engenharia de Produção Civil, com cinco anos de duração. Ocupava o lugar do Curso de Tecnologia de Construção Civil, de três anos. O professor Ferrazza não trabalhava unicamente com temas de relevância do momento. Ele também pensava e questionava o papel da entidade para o futuro. Era preciso “uma política de preparação do CE - FET-PR para as necessidades e exigências do próximo milênio”, escreveu Ferrazza em seu Plano Geral de Ação. Na visão do professor, a partir de estudos sobre os dados econômicos e sociais nacionais e internacionais, e trabalhos sobre as tendências da evolução do mundo e do país, na área da formação tecnológica, seria preciso definir itens como: as áreas em que a especialização docente deveria ser incrementada e aprofundada; modificações nos currículos dos cursos ministrados pela instituição; implantação de novos laboratórios; tipos de equipamentos que receberiam investimentos da casa; novas metodologias de

ensino a serem incentivadas e adotadas. Antecipar-se e preparar-se para o contexto social e econômico que viria e, de posse das informações, melhor adequar o sistema de ensino. Era essa a realidade traçada por Ataíde Moacyr Ferrazza, e tais propostas de trabalho foram reiteradas por seu sucessor na direção do CEFET-PR, Paulo Alessio, empossado no cargo em fevereiro de 1996.

O professor Alessio ingressou no Centro Federal de Educação Tecnológica em 1978. Atuou como docente, chefe dos departamentos de Matemática e de Ensino de Segundo Grau e diretor de Ensino. Atento às mudanças globais e a “uma base tecnológica em constante mutação”, também citou a necessidade da adequação da escola para esse mundo em movimento cada vez mais acelerado. Ao elaborar o Plano de Ação – Gestão 1996-2000 deixou clara sua visão sobre a “missão” do CEFET-PR, não só formando profissionais, mas cidadãos responsáveis. “Preparar seus educandos a se posicionar diante da nova realidade e com ela interagir, ao mesmo tempo em que deverá contribuir para o crescimento e melhoria da sociedade onde irão viver e atuar”, escreveu. Em maio de 1996, o vereador José Gorski levou ao professor Alessio cópia de ofício encaminhado ao prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo, reivindicando a “expansão do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, através da instalação de nova unidade em terreno da região pleiteado junto ao Governo do Estado do Paraná”. Ao diretor da entidade, José Gorskiso - licitava apoio, no sentido de avaliar a proposta.

Anexo ao documento, um abaixo-assinado com 6.135 assinaturas comprovava o interesse dos moradores da região pela presença da escola. A implantação de uma unidade do CEFET-PR na região centro-oeste da capital iria favorecer cinco bairros populosos da região centro-oeste: Campo Comprido, Orleans, São Braz, Santo Inácio e Mossunguê. Descobriu-se, porém, que a área solicitada pelo edil em Campo Comprido, nas proximidades do terminal de ônibus, era a mesma que dois anos antes fora doada pelo governo do Estado, em contrapartida à inviabilização de se construir uma extensão da escola no bairro São Lourenço. O diretor Paulo Alessio enviou ofício ao vereador Gorski narrando o histórico da transferência e, na oportunidade, solicitou doação de uma área “bem maior do que a oferecida”, considerando-se que na região e vizinhança havia outros terrenos de propriedade do Estado. Argumentou o professor sobre “a falta de espaço que tanto nos aflige nos dias de hoje e que tem impossibilitado o crescimento e o oferecimento de um maior número de vagas bem como a criação de novas habilitações tão necessárias ao desenvolvimento industrial de nossa cidade e Estado”. No ano seguinte, em 10 de dezembro de 1997, o governador Jaime Lerner sancionou a Lei nº 11.938, doando ao CEFETPR “duas áreas de terreno com 27.029,00m2 e 31.360m2, respectivamente, localizadas no Bairro Campo Comprido – Cidade Industrial de Curitiba e, próprias para o fim proposto”. No total a doação representava 58.398m2.

O ano de 1997, além disso, ficou marcado na história da instituição como o período em que surgiram os primeiros indícios de uma futura transformação da escola para universidade. A aprovação de dois Decretos-Lei e uma Portaria Ministerial determinou mudanças representativas no ensino profissionalizante do país. O Decreto no 2208, de 17 de abril, regulamentou o capítulo da Educação Profissional constante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96. Em maio foi editada a Portaria Ministerial nº 646 que extinguia o ensino técnico integrado, e em novembro o Decreto nº 2406 possibilitava a transformação de todas as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em CEFETs. A evolução das medidas tomadas pelo governo – gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo o ministro da Educação Paulo Renato Souza –, cujo teor viria a comprometer seriamente o processo educacional da entidade, alertaram o diretor Paulo Alessio que procurou alternativas para salvaguardar a instituição.

O CEFET-PR expandia-se e seu crescimento físico exigia novas medidas de suporte para que o ensino, pesquisa e extensão nela desenvolvidos permanecessem reconhecidos como modelos. Por essa razão, em 11 de junho de 1997, foi constituída a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – FUNCEFET, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Curitiba,

instituída por pessoas físicas e/ou jurídicas. Aprovada pelo Ministério Público do Estado do Paraná, Promotoria de Justiça de Fundações, em julho de 1997, a FUNCEFET foi inscrita no Ministério da Fazenda. No dia 20 de janeiro de 1998, a Fundação foi credenciada junto ao MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia. Posteriormente também foi credenciada junto ao CNPq, para efeitos da lei nº 8010/90. Nesse mesmo ano a FUNCEFET, estendeu-se a todas as Unidades de Ensino Descentralizadas da instituição. O Ensino Médio foi reformulado pela instituição para o regime anual a partir de 1998, quando também aumentou a oferta de cursos de qualificação, requalificação e re-profissionalização de trabalhadores nas regiões onde atuava.

Por sua vez, os cursos de Licenciatura, Esquemas I e II destinados a capacitar professores da entidade e da comunidade foram substituídos pelo Programa Especial de Formação Pedagógica. O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná firmou parceria com a empresa Equitel S/A para a realização de videoconferência, sendo a primeira instituição de ensino no Estado, a implantar semelhante sistema de educação à distância. Em 22 de maio de 1998, dois anos após encontrar-se com o diretor-geral do CEFET-PR, volta à cena o vereador José Gorski que encaminhou novo ofício à instituição, desta vez pedindo informações sobre o "andamento e previsão do projeto de construção do novo complexo de ensino", para prestar esclarecimentos à população. Porém, veio a saber que não havia previsão para o início das obras por falta de recursos – a União não tinha liberado verba. Em 1999 foi criado o primeiro curso de doutorado na escola, na área de Engenharia Elétrica e Informática Industrial. No mês de outubro desse ano, ainda sem qualquer perspectiva de liberação de dinheiro para as obras do CEFET-PR, em que pese sua importância no ensino, uma comissão liderada pelo vereador Gorski, juntamente com representantes da escola, da Prefeitura Municipal de Curitiba e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, buscou apoio junto à bancada do Paraná, em Brasília.

Solicitavam que fossem incluídos no orçamento da União para o ano 2000, através de emenda coletiva, recursos para a construção da nova unidade do CEFET-PR. Foi uma medida certeira: no início de 2000 chegou ao gabinete de José Gorski, em Curitiba, resposta emitida pelo gabinete do deputado federal Iris Simões, sobre a liberação.

Com os recursos assegurados, coube aos técnicos da instituição de ensino elaborar o projeto. Previa-se uma construção feita em etapas, seguindo um roteiro de "ocupação racional", com a edificação de ambientes passíveis de adaptação "e de mudança na destinação previamente estabelecida". O Setor de Engenharia do CEFET-PR, com reconhecida competência no setor, responsável pela concepção e administração de edificações em suas unidades de ensino no interior, concluiu que na primeira etapa de trabalhos, seria edificada a infraestrutura externa e dos blocos E, F, G, I, J, com quatro pavimentos cada. Total de área que seria construída nessa fase: 9 mil m2. A Unidade Ecoville, como foi batizada, teve o início de suas obras em julho de 2000, sendo que no dia 30 de junho ali fora colocada uma placa comemorativa ao surgimento do campus. Como o terreno era cortado por vias conectoras, a Prefeitura de Curitiba garantiu a construção de uma passarela subterrânea, unindo as duas partes.

A partir da gestão de Eden Januário Netto, cada Unidade do CEFET-PR – inclusive Curitiba – passou a ter diretoria própria, com apoio de gerências que faziam o acompanhamento de implantação das ações definidas em termos de sistema. Nesse ano de 2000, novos cursos foram incluídos, entre eles o de Tecnologia em Radiologia (modalidade Radiodiagnóstico, em Curitiba, Tecnologia em Informática (modalidade Sistemas de Informação, em Medianeira), Tecnologia em Química Industrial (modalidade Processos Agroindustriais, em Pato Branco.) Com aula inaugural no dia 21 de agosto, começaram oficialmente as atividades da primeira turma de alunos do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais. A Editora CEFET-PR passou a existir a partir de dezembro de 2002, com a finalidade de editar, coeditar e divulgar livros, periódicos, demais trabalhos produzidos pela comunidade interna. Em maio de 2003 seguiu a Brasília, para apreciação do Ministro Cristovam Buarque, projeto visando a mudança do Centro Federal de Educação Tecnológica do

Paraná para Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O documento foi protocolado no dia 14 “no Gabinete do MEC”, segundo o deputado federal Irineu Colombo, relator do processo na Comissão de Educação e Cultura. “Foi apresentado com amplo apoio da comunidade acadêmica, do corpo docente, do sindicato e do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior) e dos políticos paranaenses”, escreveu o relator.

Nesse ano o CEFET-PR teve mais 16 cursos reconhecidos, a maioria obtendo conceito A pelo Ministério da Educação e em Dois Vizinhos foi inaugurada a sexta Unidade de Ensino Descentralizada. Também a Unidade de Ensino Descentralizada de Ponta Grossa teve aprovada a criação do Curso de Mestrado em Engenharia de Produção e, em Curitiba, o Curso de Tecnologia em Comunicação Empresarial e Institucional, sendo este o primeiro na área de comunicação institucional criado na capital.

9. A criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

No dia 15 de setembro de 2003, quatro meses depois do envio do projeto ao Ministério da Educação, o ministro Cristovam Buarque assinou em Curitiba mensagem de Projeto de Lei da Transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Foi uma solenidade à altura do acontecimento: no Teatro da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, na Aula Magna de inauguração do ano letivo. Apesar do avanço, a universidade ainda era matéria de discussão entre os órgãos federais em Brasília. Em agosto de 2004 o Ministério do Planejamento solicitou ao CEFET-PR nova exposição de motivos para a mudança em universidade tecnológica. No dia 16 de setembro deu-se a análise final do Projeto de Lei entre o MEC e o MP. Dia 24 foi enviada ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Congresso Nacional, a mensagem nº 628/2004 submetendo o texto do projeto para análise em caráter conclusivo. Na Câmara dos Deputados foi distribuído para quatro comissões. Na etapa seguinte, passou pela apreciação de duas comissões do Senado e pelo Plenário. No dia 7 de outubro de 2005 foi criada a Universidade Tecnológica do Paraná, através da Lei nº 11.184, com sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a oficialização da UTFPR, desdobrava-se um novo momento para a entidade, agora mais jovem e revigorada aos 95 anos de idade. A conquista acarretou modificações administrativas da instituição, atualização de seu estatuto; autonomia para a criação e extinção de cursos e programas de ensino superior. Nessa fase de transição o diretor-geral assumiu o papel de reitor Pro-Tempore. Já os diretores do sistema CEFET-PR tornaram-se pró-reitores e cada UNED (Unidade de Ensino Descentralizada) – seis na ocasião – ganhou o status de Campus. O MEC lançou em 31 de julho de 2006 o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. O objetivo desse Catálogo, segundo a Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica – SETEC, era o de orientar os estudantes e as instituições, mostrar possibilidades de novas ofertas de curso e subsidiar sistemas de ensino. Os cursos ali reunidos estavam agrupados em 96 nomenclaturas.

Foram poucos aqueles da UTFPR que sofreram alteração para migrar aos novos perfis conforme determinava o ministério. Alguns, que não constavam do catálogo, foram transformados em bacharelados, como Educação Física e Design. O ano de 2007 começou com a inauguração de quatro novos campi situados em Apucarana, Francisco Beltrão, Londrina e Toledo. O Campus Apucarana oferecia o curso técnico integrado em Industrialização do Vestuário, o de Londrina e o de Francisco Beltrão ofereciam o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos e o de Toledo, o curso técnico integrado em Gastronomia.

Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Rezava o Programa, em seu Art. 1º, que seu objetivo era o de criar condições “para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Entre suas diretrizes estavam a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; a revisão da estrutura acadêmica,

com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem. O Ministério anunciava ainda a destinação de recursos financeiros para as universidades que apresentassem planos de reestruturação, como a construção e readequação de infraestrutura e equipamentos; para a compra de bens e serviços voltados ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

Para integrar-se ao REUNI, a UTFPR elaborou um projeto inicialmente aprovado pelo Conselho Universitário, em dezembro de 2007, e homologado pelo Ministério da Educação em janeiro de 2008, em que previa a contratação de 679 professores da carreira de ensino superior até 2012. E mais 200 servidores técnico-administrativos. Quanto ao número de vagas, que no primeiro semestre de 2008 foi de 1.330, com o REUNI essa disponibilidade atingiria 5.280 vagas até o ano de 2012. No vestibular de inverno de 2008 foram implantados novos cursos: Engenharia de Alimentos, em Campo Mourão; Bacharelado/Licenciatura em Química, em Curitiba; Licenciatura em Letras Português-Inglês, em Curitiba e Pato Branco, Engenharia Florestal, em Dois Vizinhos; e Engenharia Ambiental,

10. Perspectivas: resgatar a memória passada para projetar um futuro da UTFPR

As origens da criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ou a transformação de uma escola próxima a tornar-se secular, em universidade, começaram no ano de 1997, quando o governo federal baixou medidas que foram determinantes na alteração do ensino profissionalizante do país. Em 17 de abril, o Decreto nº 2.208 regulamentou o capítulo da Educação Profissional, constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Em maio foi editada a Portaria Ministerial nº 646 que extinguia o ensino técnico integrado e, em novembro, o Decreto 2.406 possibilitava a transformação de todas as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em CEFETs. O teor dos Decretos e da Portaria colocou em alerta o diretor do CEFET-PR, Paulo Alessio. As medidas anunciadas comprometeriam seriamente a instituição paranaense, afetando o processo educacional ali desenvolvido há quase duas décadas – mais precisamente desde 1978, quando a entidade deixou de ser Escola Técnica Federal do Paraná para transformar-se no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Os cursos ali ministrados uniam conteúdos do ensino médio e do ensino profissionalizante, chamados de “cursos técnicos integrados”. Com as alterações exigidas pelo Ministério da Educação, o CEFET-PR teria que reorganizar os cursos de 2º grau de modo a contemplar o ensino de nível técnico na formação concomitante ou sequencial, conforme previa o Artigo 5º do Decreto nº 2.208.

Consideradas as características dos tipos de cursos, que previa o Decreto, concluiu-se que o CEFET-PR já vivenciara problemas com ambas as modalidades. Para solucionar esses casos foi preciso recorrer ao Conselho Federal de Educação. A experiência serviu como base aos argumentos para que se descartasse a possibilidade de ofertar cursos de nível técnico na forma sequencial. Quanto à forma concomitante, a direção do estabelecimento optou em também não ofertá-la, devido à possibilidade de acontecerem os mesmos problemas verificados anteriormente. Como as matrículas poderiam ser realizadas de maneira independente, sendo uma para a parte profissionalizante e outra para o ensino médio, daria condições ao aluno de cursar o ensino médio em um estabelecimento e o profissionalizante em outro. Argumentou-se também quanto ao tempo que seria necessário para o estudante concluir o curso, fator que se tornou mais um motivo para que a instituição não adotasse a forma concomitante. Havia, ainda, mais um agravante – o de aumento da evasão escolar por parte dos alunos que não conseguissem concluir todas as disciplinas constantes no nível médio e no nível profissionalizante, requisito esse exigido para a obtenção do diploma de técnico.

A publicação da Portaria Ministerial no 646, em 14 de maio de 1997, foi motivo de novas preocupações para a direção do CEFET-PR. O parágrafo 1o do Art. 4o era claro: “O ingresso de

novos alunos, a partir do ano letivo de 1998, dar-se-á de acordo com o disposto no Decreto no 2.208/97 e nesta Portaria". Em outras palavras, os cursos técnicos integrados tinham chegado a um estágio final. O professor Alessio convocou os dirigentes das Unidades de Ensino Descentralizadas e orientou-os a reprogramarem a oferta de cursos para o ano seguinte. Também ficou acertado, de acordo com a decisão dos Colegiados do CEFET-PR que, a partir de 1998, seria implantado na instituição o Ensino de Nível Médio e, para o vestibular de 1999, ofertados os Cursos Superiores de Tecnologia. No dia 27 de novembro de 1997, um novo Decreto-Lei era publicado. Autorizava a transformação das Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Porém, trazia restrições à autonomia pedagógica, que dificultavam a criação de cursos de 3º grau.

O alto nível do trabalho realizado pela instituição podia ser aquilatado pela avaliação que o próprio MEC fizera do Curso de Engenharia Industrial Mecânica, concedendo-lhe o conceito A. O Curso de Engenharia Industrial Elétrica ficara com o conceito B, além da recomendação, pela CAPES, do início do Programa de Doutorado no Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial. A estrutura e os resultados apresentados pelo CEFET-PR eram indubitáveis: a entidade assemelhava-se a uma universidade. Para isso bastava apenas a oficialização dos poderes de instância superior. A parte administrativa do CEFET-PR era composta por um Conselho Diretor, pelas Diretorias Geral, de Ensino, de Administração, de Finanças e Pessoal, de Apoio às Atividades de Ensino e de Relações Empresariais.

Coube ao novo diretor, Eden Januário Netto, a continuidade dos destinos da escola. Sua transformação em universidade tornara-se meta a ser conquistada, mas era um caminho paralelo ao dia-a-dia da entidade que continuava a avançar no campo do ensino tecnológico, com a implantação de novos cursos na capital e nas unidades do interior. A frieza do MEC para a proposta de uma universidade tecnológica – a primeira do Brasil – fez com que o projeto repousasse nas gavetas até maio de 2003, quando se deu nova tentativa, agora com a pasta sendo comandada pelo Ministro Cristovam Buarque. O processo voltava a percorrer os mesmos caminhos, porém a avaliação do Ministro era outra.

No dia 15 de setembro, em Curitiba, Cristovam Buarque deu seu aval assinando a mensagem de Projeto de Lei da Transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica. Passaria mais um ano, até o projeto chegar ao MEC e ao Ministério do Planejamento, em meados de setembro de 2004, para a análise final. O próximo passo foi o envio ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Congresso Nacional para análise em caráter conclusivo. Novamente mais um ano se passou. Em 7 de outubro de 2005, finalmente, o presidente da República tornava oficial a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

11. Análise das plantas originais do conjunto histórico da UTFPR

Sendo intento deste seguinte levantamento histórico o de alcançar repertório conceitual e temporal para a realização de uma proposta de intervenção de restauro, considera-se de bom tom expor ainda dados encontrados com relação a representação gráfica dos edifícios intervindos. Trata-se dos Blocos J, Bloco K e Bloco N da Sede Centro da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O Bloco J encontra-se na esquina da Avenida 7 de Setembro com Desembargador Westphalen em linguagem arquitetônica com inspirações *art decó.* O Bloco N também apresenta a mesma linguagem arquitetônica e está implantado na esquina da Avenida Desembargador Westphalen com Avenida Silva Jardim. Por fim, o Bloco K está entre o Bloco J e N, apresentando fachada exclusivamente voltada para a Avenida Desembargador Westphalen.

Tratam-se de blocos semelhantes em sua composição formal que distribuem-se em uma aparente simetria perfeita (apesar de existirem diferenças sutis o conjunto geral passa noção de ordem). Seu

gabarito com o passar das décadas tornou-se menos imponente tendo em vista a crescente de edifícios no entorno que possuem mais de 5 pavimentos. Existindo atualmente um *shopping center,* um condomínio com duas torres com mais de 20 pavimentos (na Avenida Desembargador Westphalen); outro condomínio com duas torres e 16 pavimentos (na Avenida Sete de Setembro) e mais outros dois edifícios com uma média de 15 andares.

Um aspecto importante a citar é a importância das esquinas neste conjunto. A esquina da Avenida Sete de Setembro com a Desembargador Westphalen é, hierarquicamente, mais atratora o que acaba estimulando um uso mais nobre da Universidade, melhor conservação, fluxo de pessoas e sensação de segurança, o que traz vantagens para o uso do Bloco J. Já a esquina da Avenida Silva Jardim com Desembargador Westphalen é menos utilizada, mantém-se fechada e acaba passando uma sensação de menor permeabilidade e insegurança. Esta constatação é importante para entendimento de fluxos de pedestres no entorno do conjunto e como estes fluxos podem influenciar na manutenção do edifício a médio e longo prazo.

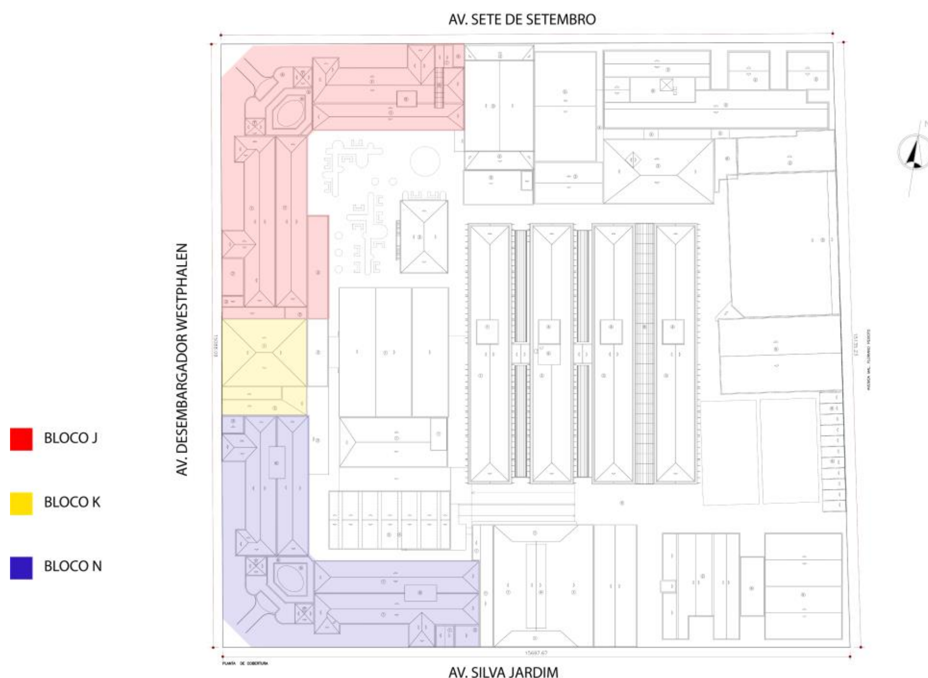


Figura 13: Delimitação de blocos históricos. Autoria Própria. 2020.

Historicamente, o primeiro uso dos Blocos J e N foi, no térreo, de salas de aulas e oficinas para os diversos cursos ministrados na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná e, no pavimento superior, de dormitórios para os alunos que ali morassem. Nas extremidades dos blocos localizavam-se as salas dos fiscais que ali permaneciam para punir eventuais comportamentos inadequados. Os espaços amplos utilizados neste uso original hoje servem como as diversas salas de Diretorias componentes da Reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Curitiba.

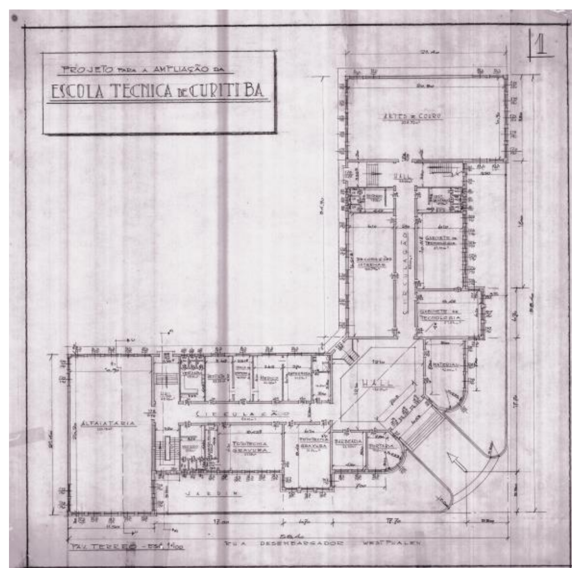


Figura 14: Planta original Bloco N – Pavimento Térreo. Arquivo Institucional UTFPR, Data Desconhecida.

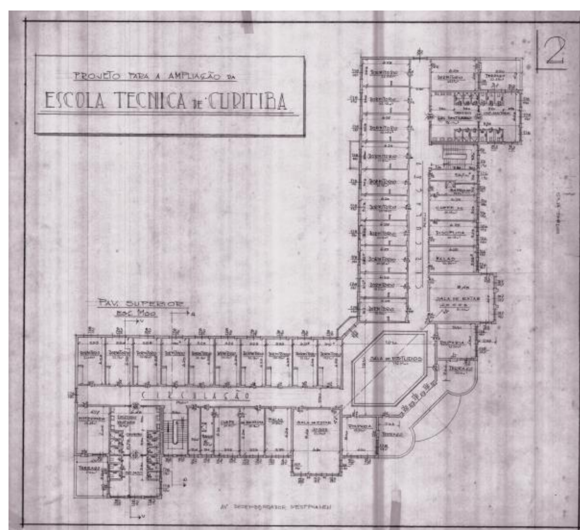


Figura 15: Planta original Bloco N – Pavimento Superior. Arquivo Institucional UTFPR, Data Desconhecida.

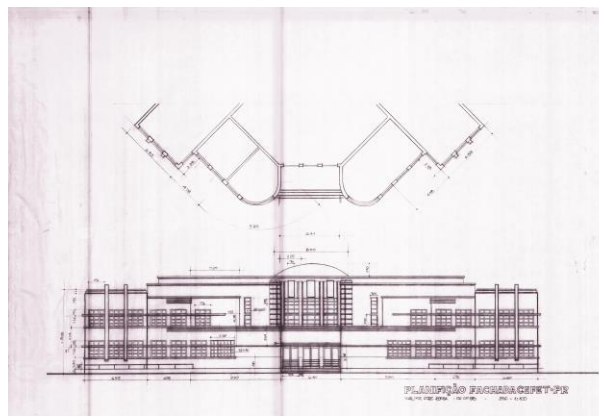


Figura 16: Elevação original Bloco J. Arquivo Institucional UTFPR, Data Desconhecida.

12. Conclusão

Conclui-se com este levantamento que a história da sede Centro do Câmpus Curitiba da Universidade Tecnológica Federal do Paraná é ímpar em sua representatividade política e simbólica, refletindo diversos momentos históricos da história sócio-política do Brasil, do Paraná e de Curitiba. As diversas alterações de nomenclaturas, funções e missões no âmbito social não alteraram, porém, a matriz de sua existência: tecnologia e humanismo. Conceitos que perpassaram mais de 100 anos de história e materializam-se na missão atual da Universidade. Pode-se inferir, ainda, que os blocos a serem intervindos são patrimônios culturais edificados de fundamental importância para a memória coletiva da cidade de Curitiba, estando presente como um marco na paisagem da região central, remetendo para muitos até a contemporaneidade como um local para almejar entrar, adquirir uma educação de qualidade, e sair com uma vida melhor. O afeto para com estes prédios é notável e reforça a justificativa teórica, legal e metodológica de sua restauração e manutenção para as gerações seguintes.

REFERÊNCIAS

DE CASTRO, Elizabeth Amorim. **Arquitetura das Escolas Públicas do Paraná (1853-1955)**. Tese. Curitiba, 2006.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

IPPUC - Instituto do Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Disponível em: http://www.ippuc.org.br/

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná: "Viveiro de homens aptos e úteis" (1910-1928)**. Dissertação. Curitiba, 2006.

PORTAL PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/>

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **UTFPR: Uma história de 100 anos**. Livro. Curitiba, 2010.

ZANIRATO, Silvia Helena. **O patrimônio cultural em cidades novas. Leituras da política patrimonial Paranaense**. Artigo. Londrina, 2009.